



Brasil e Estados Unidos: Nação Imaginada



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES



Ministro de Estado
Secretário-Geral

Embaixador Celso Amorim
Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO



FUNDAÇÃO
ALEXANDRE
DE GUSMÃO

Presidente

Embaixador Jeronimo Moscardo

A *Fundação Alexandre de Gusmão*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo, Sala 1
70170-900 Brasília, DF
Telefones: (61) 3411-6033/6034/6847
Fax: (61) 3411-9125
Site: www.funag.gov.br



Melissa de Mello e Souza

Brasil e Estados Unidos: Nação Imaginada



Brasília, 2008





Direitos de publicação reservados à

Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília – DF
Telefones: (61) 3411 6033/6034/6847/6028
Fax: (61) 3411 9125
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@mre.gov.br

Capa:
Milton Menezes
Designer

Equipe Técnica

Coordenação:
Maria Marta Cezar Lopes
Eliane Miranda Paiva
Cíntia Rejane Sousa Araújo Gonçalves

Programação Visual e Diagramação:
Juliana Orem e Maria Loureiro

Impresso no Brasil 2008

Souza, Melissa de Mello e.
Brasil e Estados Unidos : a nação imaginada / Melissa de Mello e Souza. –
Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

148 p.

ISBN: 978.85.7631.126.3

1. Brasil – História. 2. Estados Unidos – História. 3. Relações internacionais –
Brasil – Estados Unidos. I. Pamplona, Marco Antonio. II. Pontifícia
Universidade Católica do Rio de Janeiro. III. Título

CDU 94(81)
CDU 94(73)
CDU 327(81:73)

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei n° 10.994, de 14/12/2004.



Dedico esta obra aos meus pais, Nelson e Tamara
Capeller de Mello e Souza, pelo exemplo de luta e
intelecto e pelo apoio, carinho e compreensão que
acompanharam esta longa jornada.







SUMÁRIO

Prefácio	9
<i>João Clemente Baena Soares</i>	
Introdução	21
1. Contexto histórico e importância de Jackson Turner para a historiografia americana	31
1.1. O ensaio <i>The Significance of the Frontier in American History</i> e a historiografia americana anterior a Turner: continuidades e rupturas	33
1.2. A formação de um novo tipo de historiador americano	41
1.3. A proposta de Turner: a história como diálogo com a sociedade	45
1.4. A conquista da Fronteira como mito	48
2. A conquista da Fronteira: uma análise	51
2.1. Entre passado e futuro na obra de Turner: fronteiras físicas e imaginadas	53
2.2. Antecedentes da Mitologia da Fronteira: Oeste, Paraíso e Wilderness	54
2.3. A obra de Turner: a eterna busca do paraíso	63
3.3.1. O embate com a natureza e o novo tipo de americano	63
3.3.2. A marcha ao Progresso e à civilização	65
3.3.3. A etnia do novo homem americano e a “nacionalidade composta”	66
3.3.4. O homem americano como o homem natural: democracia, praticidade, liberdade e virtude	68
3. Aspectos e importância da obra de Oliveira Lima	75
3.1. Marcos de uma obra farta e multifacetada: a visão “transatlântica” do Brasil, a importância do Estado e a conexão entre a Europa e a América	77
3.2. Um construtor de pontes entre velhos e novos mundos	82
3.3. Um Estado fundador de identidade nacional: D. João VI e a “formação da nacionalidade brasileira”	86



3.4. A apologia do Estado-Monarquia: nostalgia e "heróis portugueses"	87
4. Análise da obra de Oliveira Lima	91
4.1. A resposta a Nabuco: trazer o "mundo" para a "solidão americana"	93
4.2. A Monarquia traz o "mundo"	97
5.2.1. Circunstâncias históricas da vinda de D. João VI para o Brasil	97
5.2.2. O refúgio do patriarca: a natureza "idílica", "percorrida" e "estudada"	100
4.3. O Império constrói a nacionalidade: integridade territorial e uma "comunidade imaginada"	107
4.3.1. Mantendo a união territorial à força	107
4.3.2. Pensamento e forma: as artes e as ciências e a criação de uma "comunidade imaginada"	110
4.3.3. Um novo tipo de brasileiro: o mestiço	112
5. Conclusão	117
Notas	127
Referências bibliográficas	137



PREFÁCIO







PREFÁCIO

Como somos? Como nos imaginamos? Como nos distinguimos dos demais? São interrogações que conformam uma questão estratégica para todos nós: a da identidade nacional.

Permeável às influências culturais externas, “macaqueamos a sintaxe lusíada” (Manoel Bandeira), capitulamos ao “parisismo” (Silvio Romero), sucumbimos ao “americanismo” nos costumes e ns formas de agir , pensar, nos neologismos, nas designações de fatos, ações e lugares (vide o bairro da Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, exemplo exuberante desta forma de alienação).

Trabalhar sobre o tema é oportuno e patriótico. Razão pela qual louvo a iniciativa da Fundação Alexandre de Gusmão, sob a liderança do embaixador Jerônimo Moscardo de Souza, de publicar o excelente estudo da professora Melissa Mello e Souza, intitulado “Brasil e Estados Unidos: A Nação Imaginada nas Obras de Oliveira Lima e Jackson Turner”.

Nele, a autora analisa o processo de formação de dois imaginários: o que veio a marcar o perfil dos americanos do Norte e o que caracterizou o Brasil. Esta análise procurou fixar as conexões existentes entre as formas de ver a si mesmo e a vida que vieram a prevalecer nos dois povos. Nestas formas está contido o tipo de identidade nacional que veio a caracterizá-los.

Usa como referência a obra de um importante historiador americano, Jackson Turner, e a do não menos importante historiador brasileiro Oliveira Lima, um dos maiores clássicos de nossa



historiografia. Foi escolha pertinente, já que ambos se preocupam especificamente com o tema. Comparando o modelo implícito nos diferentes modos de abordar o problema por parte dos dois historiadores, a autora nos remete a seus diferentes modos de pensar. Os dois representam seus povos, sua cultura, seu momento. Por isto pensam como pensa o povo, como pensa, pelo menos a grande maioria, daí a aceitação rápida e completa de suas obras.

Sua tese, portanto, evolui sobre a dialética das idéias.

Não é comum a preocupação dos nossos estudiosos com este aspecto da vida social, que relaciona o imaginário coletivo à formação de uma ética própria na fixação do destino nacional. Predomina, nos estudos comparativos entre Brasil e Estados Unidos, a análise dos aspectos relacionados com a formação econômica.

Levantar o perfil dos valores que modelam personalidades nacionais diferenciadas não tem merecido a preferência de autores brasileiros, desde que o próprio Oliveira Lima, em conferência na Stanford University, comparou a evolução do Brasil com a da América Hispânica e a dos Estados Unidos da América. Depois dele podemos destacar Vianna Moog em “Bandeirantes e Pioneiros”. Também ele trabalha dentro deste marco de referência, onde a formação dos valores ganha importância. Mais recentemente, o cientista político Robert Wegner trata do tema da penetração da “fronteira brasileira”, ao analisar um dos mais célebres intelectuais nacionais no seu livro, “A Conquista do Oeste: a Fronteira na obra de Sergio Buarque de Holanda”. Praticamente, mais ninguém.



PREFÁCIO

Melissa Mello e Souza é especialmente dotada para empreender este tipo de comparação. Sendo brasileira, de família tradicional com história firmada na educação, nasceu e passou boa parte de sua infância e juventude nos Estados Unidos. É, portanto, bicultural e binacional. Ao regressar ao Brasil, aprofundou sua vocação humanística, já firmada ao se formar em letras e ciências sociais na George Mason University, curso complementado com numerosos outros que seguiu na George Washington University. Matriculou-se na pós-graduação da PUC para obter o título de Mestre em História Social da Cultura, o que logrou com distinção.

Sua tese de mestrado é exatamente o que a Fundação agora dá ao público, devido a sua relevância para o estudo do tema e importância para orientar novas pesquisas. Com o importante esforço de síntese por ela feito, nos é possível seguir pelos meandros da “alma” americana tal como exposta na tradição da “fronteira”, representada na literatura, nas artes e no folclore daquele país. Tradição que acaba por ganhar os espaços da historiografia com a obra de Jackson Turner. Também seguimos a formação da “alma” brasileira tal como entrevista por Nabuco, uma de suas referências e principalmente Oliveira Lima, autor que se transforma na base do trabalho empreendido para entender as peculiaridades da identidade nacional brasileira.

É interessante a proposta. Permite que levantemos um dos muitos véus a encobrirem as razões pelas quais o século XIX veio a exhibir séria diferença de destinos, no que se refere ao ritmo de desenvolvimento material das duas sociedades.

Ambas iniciam o século como sociedades agrárias de baixa densidade demográfica. Surgem para a vida nacional devido ao mesmo processo expansionista europeu. Foram colônias. Tiveram sua economia



inicial baseada na escravidão e se tornaram independentes na mesma época. Diferença de poucas décadas. Quando o fizeram, tinham ambas sua precária população ruralizada e um volume de riqueza acumulada, o que hoje se denomina Produto Interno Bruto, parecido senão igual. Não obstante o destino histórico de ambas foi diverso. Defender a diferença de colonizadores não é relevante. Esta tese parece-me bem mais um produto do preconceito contra Portugal, em favor da Inglaterra. Os projetos coloniais têm semelhanças grandes entre si, seja qual for o colonizador. Ingleses, franceses, holandeses, espanhóis e portugueses não criaram colônias com alto custo humano e financeiro para “desenvolver” as regiões virgens da América e algumas já tradicionais na Ásia. Por eles foram criadas para exploração com fins de lucro. Os mesmos ingleses também colonizaram as Antilhas, uma parte das chamadas Guianas além da Índia, sem nenhum resultado dinâmico.

A evolução quase oposta das duas economias, portanto, pode ter outras causas que não a origem étnico-cultural dos colonizadores. E seguramente as tem. É perfeitamente aceitável percebê-las, como o faz a imensa maioria, comparando modelos de organização econômica adotados depois de suas independências. Examinar a resultante de variáveis não econômicas, cuja relação dialética com o processo criador de riquezas acaba decidindo a escolha do modelo, é intelectualmente honesto.

Melissa Mello e Souza apresenta tese que nos ajuda a entender o trânsito da velha América colonial descentralizada, rural, de economia primário-exportadora, para a América que cresce pela expansão territorial da conquista, integrando-se pelas vias de comunicação que acabaram estimulando as ferrovias. O processo levou à formação de poderosos núcleos urbanos e industriais. Orientou a economia para a exploração do mercado interno.



PREFÁCIO

A alquimia dos valores centrados numa identidade nacional diversa da que veio a marcar o perfil cultural do brasileiro é um dos ângulos sublinhados no presente estudo. Destaca formas diferenciadas de ver a si mesmo, de enfrentar desafios e conceber o valor do trabalho, além do papel da sociedade e o do Estado no processo de construir as bases da identidade nacional. Melissa Mello e Souza nos faz viajar no tempo. Reconstrói importantes fatores explicativos da diferença de destinos.

II

Do ponto de vista teórico o trabalho parte da tese de Benedict Anderson. Este autor, como o sabemos, desenvolve as teses de Renan sobre a “nação”. E a vê como “comunidade imaginada”. Isto é, conjunto humano que se organiza dentro de um determinado território, através de divisão do trabalho coletivo e dos laços sociais legitimados por um conjunto de símbolos compartilhados, experiências vividas e referências comuns. O efeito gera significações e identidades que se consolidam. Une as partes individuais, mesmo que não tenham nenhum contato entre si. Esta identidade representa o elemento psico-social que sustenta o Todo, fazendo o americano sentir-se “americano” e o brasileiro, “brasileiro”. Absorve em seu subjetivo os ingredientes morais e psicológicos que formam a união coletiva a despeito de todas as separações e diferenças individuais.

Jackson Turner vai buscar sua “comunidade imaginada” na experiência da “fronteira” americana, entendida como o limite entre o território então ocupado e a natureza que está além dele, desconhecida e desafiante. No século XIX, a independência consolidada estimula a conquista progressiva desta “fronteira” territorial que se vai movendo para diante à medida que é conquistada. O impulso não se esgota nos



limites do geográfico. Cunha novos espaços, entre eles o da inovação tecnológica e consolidação da ciência, como desafios pragmáticos de auto-superação. A “fronteira” é entendida como realidade própria no enfrentamento de problemas que surgem de modo dialético, sem plano e sem comando. Transforma-se no mito inspirador. Forja o caráter nacional. Jamais se torna finita, acabada. É sempre uma condição futura, um estímulo para a esperança, uma certeza de ações imprevistas, um modelo de conduta. Conduz o indivíduo a agir, a inovar, a tentar e enfrentar o desconhecido. Representa a síntese dos valores que unificam o imaginário norte americano.

Oliveira Lima entende a sua “comunidade imaginada” no Brasil como um derivado da ação criativa do Estado. Não cogita nem considera pertinente estruturá-la a partir de valores individuais. No caso, trata-se de um projeto do Estado.

A Corte portuguesa trouxe com ela um modelo administrativo calcado no estilo organizacional da Metrópole. Trouxe também artistas, algo da ciência da época. Sua fixação no Brasil se fez com a criação de instituições “nacionais”: Banco, Biblioteca, Horto florestal para ambientação e cultivo de plantas, moeda, indústrias, ensino superior, arte e tantas coisas mais. Trouxe o ideal da civilização européia para uma região até então rústica e semi- bárbara, com suas partes separadas entre si por ilhas econômicas orientadas para o mercado externo. Fez deste aglomerado de insulas, um Todo significativo. Fixou um sentimento de nacionalidade num Brasil colonial “descuidado de si mesmo”—a ponto de historicamente terem existido dois “Brasis”: um no chamado “Grão Pará”, outro que se projetava para o Sul, a partir do Nordeste, ambos com administração independente e distinta, garantindo ligação direta com Portugal. Com o traslado da Corte, através do simbolismo da Monarquia, este



PREFÁCIO

conjunto meio amorfo veio a afastar idéias separatistas. Ergueu as bases de uma unidade de “corpo” e de “alma”.

Melissa Mello e Souza firma as diferenças de abordagem, tratando-as como diferenças entre formas de ver a vida, o destino e a história a separar o imaginário “puritano” do que veio a prevalecer no pragmatismo barroco do Brasil.

“Humanidade e Povo” pode ser a sinonímia que orienta a preocupação civilizatória dos “frontier men” americanos, agindo de acordo com seu interesse individual. Seguem a linha do enfrentamento de desafios, da criação de espaços de domínio, com valores que os estimulavam a enfrentar e vencer o chamado “wilderness”—a vastidão habitada pelos aborígenes ou mesmo os grandes espaços vazios de gente e de vida. Destarte, por lá, na visão de Jackson Turner, o sentimento de nacionalidade resulta da ação anônima de homens comuns.

A autora segue os traços etimológicos da palavra “wilderness”, mostrando como ela existia como conceito próprio. Significava a região “das bestas feras” entre os povos do norte da Europa. Região que teria de ser submetida ao processo civilizatório pela ação de conquista. Assim, a tese examina a função do mito, numa linha próxima da psicologia de Jung e dos estudos de Joseph Campbell. Leva-nos pelos meandros da visão dos pioneiros que chegavam, em massa, desde o início do século XIX, com suas famílias. Vinham da Irlanda, Inglaterra, Alemanha, Europa Central, Países Bálticos e da Escandinávia, dispostos a abrir seus próprios espaços e a criar novas formas de vida. A partir desta imigração a população dos Estados Unidos passaria dos 10 milhões do início do século para os 30 milhões do seu final.



“Humanidade” e missão civilizatória das elites políticas, artísticas e intelectuais, agindo com apoio ou através do Estado, foi como Oliveira Lima percebeu os valores dominantes na formação de um sentimento de nacionalidade no Brasil Império. Sem a ação do Estado seria difícil levar este projeto adiante numa região como a da colônia brasileira, afastada do mundo, com a grande maioria de sua população ilhada nos engenhos, nos matos, ou isolada nos campos da pecuária. Seria improvável, nestas circunstâncias, admitir a função de algum mito integrador da ação coletiva.

Enquanto nos Estados Unidos o pioneiro avança movido pelo desejo de conquista e consolidação de espaços, no Brasil o “bandeirante” percorre o nosso “wilderness” com fins exploratórios e predatórios. Lá, o objetivo do “homem comum”, do imigrante que chegava sem nada e sem trabalho era a fixação na indústria emergente ou na terra conquistada. Era encontrar um lugar para si e sua família; aqui, o “bandeirante” mameluco, cujos motivos influíram no pensar do século XIX, seguia na busca de escravos ou de riqueza em ouro. São dois grupos motivacionais distintos. Sem a ação galvanizadora e civilizatória do Estado seria bem difícil manter unido este pluriverso.

Resumindo, podemos dizer que para Oliveira Lima o embrião da identidade nacional brasileira é uma criação do Estado; para Jackson Turner é um produto da atividade social autônoma do pioneiro, sempre motivado pelo ideal de “fronteira”.

III

O trabalho não deixa de revelar e também projetar os diversos “esquecimentos” no esforço de fixar a identidade nacional. E nesta parte final, a autora critica com muita acuidade o “esquecimento” de Jackson Turner.



PREFÁCIO

Turner estruturou sua proposta de identidade nacional em cima de pioneiros brancos. Não cogitou das diferenças de perspectiva. Não cogitou das raças, fator que veio a ser “marco divisor violento de uma sociedade que dizia sentir-se unida culturalmente pelas experiências comuns da fronteira” e da religião puritana. Sua “fronteira” trouxe o genocídio do índio, sua eliminação, tal como veio a afirmar Sheridan, expressando os valores que legitimavam estas ações: “um bom índio é um índio morto”. Não podemos esquecer que no Brasil também houve o genocídio, mas não para extermínio puro e sim pela resistência ao aproveitamento escravo de mão de obra. Além do mais, no caso brasileiro, houve intensa miscigenação que gerou o mestiço.

Este problema racial não foi esquecido por Oliveira Lima. Embora vítima dos preconceitos do tempo a respeito da inferioridade de certas raças, examinou o fenômeno da miscigenação no Brasil e de sua resultante, o “mestiço”, que acabou tendo acesso a posições de destaque social, chegando até a ocupar a Presidência da Velha República. O Mestiço também ocupou espaços significativos nas artes, na ciência e na literatura do País. Por aqui não houve discriminação legal como lá. Ela sempre existiu, mas foi dissolvida na “praxis” social, dando ao “mestiço” a forma central do “tipo brasileiro”. Completa a autora: “não é à toa que Debret e Taunay (e mais tarde Portinari e Di Cavalcanti) já viam no mestiço o símbolo maior de uma idéia de Brasil.”

Melissa Mello e Souza aponta também os “esquecimentos” de Oliveira Lima em sua admiração pela obra do Império, a partir de D. João VI. “Esqueceu” que este mesmo Império firmou-se através de um pacto com o regime escravo. Virou as costas aos empresários que surgiam, não se preocupou em criar fontes de riqueza alternativa e fixou a monocultura de exportação como base da economia brasileira. O que modelou nosso destino e nos legou o subdesenvolvimento.



MELISSA DE MELLO E SOUZA

O livro, portanto, é equilibrado, justo em suas avaliações, profundo em suas sínteses, preciso em suas conclusões. Por destacar a influência das “realidades meta-econômicas” na formação dos modelos econômicos, torna-se um marco em nossos estudos culturais. Estímulo para pesquisas no estratégico processo de entender o que somos e como nos fizemos a nós mesmos através de nossa história.

João Clemente Baena Soares



INTRODUÇÃO







INTRODUÇÃO

O seguinte estudo se propõe a comparar a visão de identidade nacional de dois autores: Frederick Jackson Turner, historiador norte-americano, e Oliveira Lima, historiador-diplomata brasileiro. Trata-se de comparação que transcende as idéias específicas dos dois autores a fim de estabelecer uma conexão – e um contraste – entre os dois grandes países continentais das Américas: os Estados Unidos e o Brasil.

As duas nações possuem dimensões e riquezas similares, além de padrões de imigração parecidos e a tortuosa experiência da escravidão. Ambas foram colonizadas por europeus na costa do Oceano Atlântico e se estenderam continente adentro pela ação de movimentos de povoamento e conquista. O domínio do território foi caracterizado por fortes embates, não só com a natureza virgem desbravada, mas também com a população indígena nativa da região.

A questão da conquista territorial é uma das chaves na análise das obras de Jackson Turner e Oliveira Lima. A preocupação central é a seguinte: como construir um sentimento de nacionalidade em territórios tão extensos, gigantescos, povoados por imigrantes de diversas partes do mundo? Em outras palavras, como dar um sentido de identidade a nações novas, tão distantes das referências culturais e institucionais que constituem a civilização européia?

A resposta elaborada pelos dois historiadores diverge em múltiplos aspectos. Não obstante, o ponto de partida para seus questionamentos é o mesmo: ambos realizaram suas obras na virada do século XIX para o século XX, momento de profundas



transformações e importantes definições para o destino de suas respectivas sociedades.

Em momentos históricos marcados por tensões e forças de desintegração, Jackson Turner e Oliveira Lima vão se preocupar com a união nacional. Em meio a rachaduras sociais e econômicas ameaçadoras, irão buscar um princípio unificador, um elo comum que possa atrair a comunidade maior ao redor de um símbolo, uma idéia, em suma, um sentimento de pertença.

A principal motivação de suas obras é a noção de identidade nacional, que aqui será analisada fazendo-se uso do conceito de “comunidade imaginada”. Este último é pensado a partir dos trabalhos de Benedict Anderson¹, e bem se aplica às propostas dos dois historiadores do século XIX. Ambos vão se guiar pela História como *magistra vitae*. Buscando no passado orientações para a conduta futura, irão utilizar símbolos, mitos, alegorias, figuras heróicas, arte e literatura, em suma, todos os elementos do imaginário que possam estabelecer elos de ligação para consolidar o sentimento de identidade nacional em construção.

Na “comunidade imaginada”, nos diz Anderson, os indivíduos não conhecem todos aqueles que integram o grupo mais extenso. Os membros da sociedade se sentem unidos por experiências, símbolos e referências comuns, mesmo sem ter contato direto uns com os outros. É um sentimento de comunhão privilegiando a imaginação em vez da interação pessoal.

Jackson Turner vai buscar a sua “comunidade imaginada” no passado americano dos pioneiros, na conquista do território americano de costa a costa e na marcha de leste a oeste. Sua tese



INTRODUÇÃO

trata da experiência da Fronteira americana, isto é, do limite entre território ocupado e natureza selvagem. À medida em que o pioneiro avança na conquista da terra, a Fronteira também se move para a frente. Quando a fronteira territorial se fecha – no momento em que o povoamento do continente se completa –, a nova Fronteira passa para o plano da imaginação, no sentido em que as experiências e os atributos do pioneiro passam a servir de modelos de conduta futura, onde quer que esteja.

Assim como a conquista da natureza foi caracterizada pelo desafio, pela busca, pela promessa, pelo movimento constante, a conquista de outros territórios – políticos, econômicos ou culturais – será propulsionada pela idéia de Fronteira. O *frontierman*, pioneiro, irá se transformar no símbolo universal do ser americano em todas as esferas da atividade humana.

Para Turner, a construção da nacionalidade é feita pela base da sociedade. É a experiência de homens livres e comuns – desvinculados de qualquer instituição ou poder maior – na sua interação com a natureza, que irá formar a “comunidade imaginada” americana. Este novo tipo humano – que transforma e é transformado pela natureza – criará determinadas características que irão influenciar, a posteriori, a formação das instituições nacionais.

É uma idéia baseada no sincretismo com o meio ambiente natural e na ruptura com os traços e instituições da Europa. Turner busca “originalidade” na sua tese, criando o tipo “exclusivamente americano”, produto inédito de solo novo. É uma visão insular, que olha para o “sertão” como inspiração da nacionalidade. É um olhar de baixo para cima, centrado na terra, longe do céu e do mar.



Trata-se de um contraste profundo com a proposta de Oliveira Lima para o Brasil. O historiador brasileiro apresenta uma visão panorâmica ultramarina associada à sua idéia de identidade nacional brasileira. O Brasil é analisado no contexto internacional, em perspectiva comparada, em relação às grandes potências imperiais da época e ao resto da América Latina. O fato mais importante é a ligação das duas costas do Atlântico, a brasileira e a européia.

Para Oliveira Lima, o essencial na construção da nacionalidade brasileira é a continuidade das instituições e das idéias advindas da Europa. Por esse motivo, a sua proposta de identidade nacional se baseia na Monarquia, como formadora de uma “comunidade imaginada”. O Estado-Monarquia, portador de toda a civilização e grandeza européias, terá a missão de integrar o Brasil selvagem e desconhecido ao “mundo civilizado”. Implantará em solo nativo uma extensa matriz de novas instituições artísticas, culturais, científicas e econômicas. Serão instituições nacionais e servirão de veículo para que o Brasil possa ser entendido, estudado, pensado e sentido.

O Estado-Monarquia terá, sobretudo, um papel centralizador: unirá um território retalhado por lealdades regionais em torno do “símbolo unificador” da Casa Real e manterá a integridade territorial brasileira face a forças separatistas de movimentos regionalistas. Contrariamente à visão de Turner, Oliveira Lima se posiciona de cima para baixo, considerando a construção da nacionalidade a partir do topo, ou seja, do Estado e das instituições.

Esta é igualmente uma visão sincrética, no sentido em que há uma fusão entre os elementos que compõem a civilização européia e os elementos nativos. A Monarquia civilizadora não criará uma réplica da Europa no Brasil, mas tornará possível ao Brasil o auto-entendimento



INTRODUÇÃO

como Nação provida de identidade própria, através das instituições européias. Deste modo, as artes e a ciência serão essenciais na representação e no estudo da Nação brasileira.

Como afirma Oliveira Lima, anteriormente à vinda da Monarquia o “Brasil havia sido percorrido, mas não estudado” – e aí está o marco divisor com Jackson Turner. Se de um lado o historiador americano acredita que a “comunidade imaginada” se forma através da experiência do que é *percorrido*, de outro, o historiador brasileiro crê que isto se processa pelo que é *pensado e analisado* através do intelecto humano. Para um, o importante é a ação física; para o outro, a reflexão.

Neste sentido, as diferentes propostas dos historiadores refletem suas origens culturais bem como suas experiências de vida. Turner era um “sertanejo” de classe média, nascido e criado no interior do Estados Unidos, formado por instituições públicas. Era também um inovador, pois sua obra introduz pela primeira vez na historiografia americana a idéia do interior (*hinterland*), da conquista do espaço continental americano, como explicação para o desenvolvimento de sua Nação. Pouco escreveu, mas sua obra causou enorme impacto na vida intelectual americana.

Oliveira Lima, por sua vez, era um cosmopolita, filho de rico comerciante português e mãe fidalga da antiga aristocracia açucareira de Pernambuco. Praticamente toda sua formação educacional foi feita na Europa. Ingressou na carreira diplomática, servindo o Brasil nos Estados Unidos, Inglaterra e Japão, entre outros países. Foi um escritor prolixo, deixando uma obra riquíssima e abrangente, sendo ainda pouco conhecido no Brasil em relação a outros pensadores como Euclides da Cunha e Gilberto Freyre (que foi seu amigo). Também foi inovador, pois escreveu em perspectiva comparada, algo inédito na sua época.



Apenas dois anos separam as datas de nascimento de Jackson Turner e Oliveira Lima. Nascido em 1861 no Estado de Wisconsin, no interior dos Estados Unidos, Jackson Turner vem ao mundo num momento definitivo na história americana: a Guerra Civil. O período formativo do historiador se dá durante a Reconstrução. A união nacional americana está sacramentada. A época será marcada por uma explosão de crescimento populacional e econômico e por profundas transformações sociais. O historiador Richard Hofstadter comenta a respeito desses anos entre 1870 e o final do século XIX:

During this period American settlers and entrepreneurs had filled up a vast area of land between the Mississippi River and California and had spanned the country with a railroad network of more than a quarter of million miles. The number of farms [...] had doubled [...] and the production of wheat, cotton and corn had increased [up to] two and-a-half times [...] whole systems of industry and [...] industrial production were created [...] the production of...coal increased five times, of [...] petroleum twelve times, of steel [products] more than 140 times. The urban population jumped from 9.9 million to 30.1 million [...]. Toward the end of the century it became [...] evident that all this material growth had been achieved at a terrible cost in human values and in the waste of natural resources².

A conquista territorial de costa a costa é completada. A sociedade rural se transforma na sociedade urbana. A economia descentralizada, composta por pequenos comerciantes e fazendeiros, é substituída por grandes conglomerados industriais chefiados por capitães de indústria, numa concentração de poder econômico sem precedentes. A manufatura leve cede espaço à indústria pesada, baseada em capital intensivo com mão-de-obra especializada. As



INTRODUÇÃO

comunidades rurais são invadidas por ferrovias. Pequenos comerciantes são engolidos pelas novas grandes indústrias. O momento é de medo, instabilidade e incerteza.

Em 1863, no Estado de Pernambuco, nasce Manoel de Oliveira Lima. Seu período formativo também é marcado pela guerra e pelo fim de uma era. São as últimas décadas do Império e o Brasil se engaja na Guerra do Paraguai. As fronteiras do território brasileiro, já definidas em sua maioria, se fecham no Sul ao fim da guerra. A elite militar se consolida e ganha novos poderes e prestígio. Dará impulso ao movimento que irá derrubar a Monarquia e proclamar uma República no Brasil, em 1890.

A revolução republicana praticamente coincide com a abolição da escravatura, efetuada dois anos antes, que libera uma massa de escravos sem educação, vistos como incapacitados para se integrar à sociedade. Os primeiros instantes da nova República são marcados pelo autoritarismo dos militares que a lideram e logo a seguir pela consolidação de uma política que favorece a descentralização e o fortalecimento de lealdades regionais: inicia-se a era da política dos governos dos Estados e a modernização atrelada à agroindústria de exportação. Trata-se, também, de uma época de incertezas e instabilidade social.

Eis o grande desafio desses dois destacados autores: procurar no passado um princípio unificador – um símbolo – que pudesse servir de referência no apaziguamento dos ânimos e dar sentido à existência tumultuada de seus respectivos povos. Apesar dos oceanos e continentes que os separam (físicos e culturais), Jackson Turner e Oliveira Lima estão unidos em sua preocupação central. Chegam a respostas similares, por caminhos divergentes: a união se faz menos pelo território ou pela força e mais pela imaginação.





1. CONTEXTO HISTÓRICO E IMPORTÂNCIA DE JACKSON TURNER PARA A HISTORIOGRAFIA AMERICANA







1. CONTEXTO HISTÓRICO E IMPORTÂNCIA DE JACKSON TURNER PARA A HISTORIOGRAFIA AMERICANA

1.1 O ENSAIO *THE SIGNIFICANCE OF FRONTIER IN AMERICAN HISTORY* E A HISTORIOGRAFIA AMERICANA ANTERIOR A TURNER: CONTINUIDADES E RUPTURAS

No ano de 1893, num congresso da *American Historical Association* na cidade de Chicago, um jovem historiador do estado de Wisconsin, no centro-oeste americano, apresentou o ensaio *The Significance of the Frontier in American History*. No ensaio o então desconhecido Jackson Turner propôs o seguinte:



Up to our own day American history has been in a large degree the history of the colonization of the Great West. The existence of an area of free land, its continuous recession, and the advance of American settlement westward, explain American development [...]. The peculiarity of American institutions is the fact that they have been compelled to adapt themselves to the changes of an expanding people [...] in winning a wilderness [...]. The true point of view in the history of this nation is not the Atlantic coast, it is the Great West.³



Com essas sucintas palavras, Turner visava iniciar uma revolução entre os seus colegas historiadores. Ao enfatizar o “Great West” – a conquista da terra aberta em direção ao oeste - como o fator determinante no desenvolvimento da Nação americana, Turner estava já abrindo uma nova perspectiva para a historiografia dos Estados Unidos. O jovem historiador estava falando para uma audiência influenciada pelas três principais escolas da historiografia americana



do século XIX: a romântica, a teutônica e a sulista pós-guerra civil. Dessas escolas, como será explorado mais adiante, Turner irá buscar elementos tanto de inspiração quanto de ruptura, num processo que irá gerar uma nova maneira de se fazer história num momento de profundas transformações na sociedade americana.

A escola romântica de meados do século tinha como seus principais expoentes historiadores como John Motley, William Prescott, Francis Parkman e George Bancroft, autor do clássico em três volumes, *Bancroft's History of the United States*, de 1834. Alguns dos principais temas dos Românticos eram os grandes feitos políticos e militares que resultaram na conquista do Novo Mundo. Muitos escreviam sobre a América Espanhola e Holandesa, com ênfase nas dinastias européias empreendedoras dos Descobrimentos. Sob esta perspectiva, algumas obras clássicas são *Ferdinand and Isabella*, *Phillip II e The Conquest of México de Prescott* e *The Rise of the Dutch Republic de Motley*. Outros historiadores desse grupo se concentravam mais nos acontecimentos da América do Norte, como Francis Parkman. Em *The Califórnia and Oregon Trail* (1849) e *Conspiracy of Pontiac* (1851), Parkman faz um relato sobre a colonização francesa e a relação com os índios.

Os historiadores românticos tinham vários elos comuns. Todos pertenciam a uma escola de historiadores amadores influenciada pela idéia de que a boa História deve ser escrita de maneira literária. Vinham das altas camadas da sociedade da Nova Inglaterra (Bancroft, Prescott e Motley haviam nascido em Massachusetts). Muitos haviam estudado na Europa – Inglaterra e Alemanha. Inspiravam-se principalmente no modelo de história da Grécia antiga: a História como *magistra vitae*, narrada de forma épica, de onde se tiram as grandes lições morais e os exemplos de conduta que unirão

passado e futuro. O historiador Richard Hofstadter faz eloquente descrição dos historiadores românticos:

[For these historians], history was still regarded as a literary art whose main aim was to recapture experience. Foremost was the experience of major heroic characters[...]. A social texture was present, but it served mainly as a...background [...] for the decisive confrontations [...] the climactic scenes arising out of the epics of exploration, colonization, imperial conquest, revolution. The moral drama of history was told in pictorial terms [...]. The romantic writers were trying to establish broad moral lessons [...]. What they found [was] progress toward liberty [and] [...] progress [toward] modern democracy, even American democracy [...]. Progressive principles , progressive peoples, natural impulses, heroic leadership — these were the basic ingredients of true history.⁴

É importante ressaltar o legado dos românticos no que diz respeito à proposta de história de Turner. Há uma tendência a enfatizar o aspecto inovador de sua obra em termos de uma ruptura com a historiografia americana do século XIX. Por outro lado, como será visto mais adiante, o novo modo de fazer história desenvolvido por Turner é mais uma mescla de inovação com tradição, uma vez que há uma continuidade com a filosofia da história presente nos românticos. Para Turner a história também é *magistra vitae*, devendo ser contada de forma épica, estabelecendo elos entre passado e futuro. Assim como os românticos, o estilo de Turner (apesar de sua proposta de uma História científica) é literário e seus ensaios são realçados por trechos de poemas de Rudyard Kipling e Tennyson, entre outros. Finalmente, Turner também visava o Progresso, a Liberdade e a Democracia.



Observa-se todavia uma ruptura significativa entre Turner e a historiografia tradicional em relação a outra escola historiográfica: a teutônica. As origens da escola teutônica já estão presentes entre os historiadores românticos. Viam o progresso da democracia na América do Norte como desdobramento natural das formas teutônicas de organização política, que eram democráticas em sua origem, ligando a idéia de um “caráter nacional” à qualidade das instituições sociais⁵.

A escola teutônica se baseava na teoria dos “germes”, que explicava a evolução das instituições políticas americanas desde suas “sementes” germânicas. Um dos principais proponentes da escola, contra a qual Turner esteve prestes a se rebelar, foi justamente seu professor na Universidade de Johns Hopkins em Baltimore, Maryland. Tratava-se de Herbert Baxter Adams, de formação alemã e britânica, discípulo do historiador inglês E. A. Freeman, para quem a História era “past politics”.

Adams sintetiza a teoria dos “germes” e a continuidade com as instituições européias na seguinte passagem:

The science of Biology no longer favors the theory of spontaneous generation [...]. Wherever organic life occurs, there must have been some seed for that life. It is just as improbable that free local institutions should spring up without a germ along American shores as English wheat should have grown here without planting. Town institutions were propagated in New England by old English and Germanic ideas brought over by Pilgrims and Puritans [...]. The origin of the English Constitution, as Montesquieu long ago declared, is found in the forests of Germany.⁶

A proposta de Turner visa justamente o contrário: a “originalidade” das instituições americanas em decorrência da experiência da fronteira e não a continuidade com as instituições européias. Na sua obra (que será analisada no capítulo seguinte) Turner irá responder diretamente a Adams e seus seguidores: “Our early history is the study of European germs developing in an American environment. Too exclusive attention has been paid by institutional students to the Germanic origins, too little to the American factors. . .”⁷⁷. Para Turner, a experiência da Fronteira irá gerar um produto genuinamente americano, um resultado que “is not the old Europe, not simply the development of Germanic germs....but a new product that is American.”⁷⁸

Finalmente, a terceira escola de historiografia americana se concentra nos efeitos da Guerra Civil e da Reconstrução. Para historiadores como John Burgess e William Dunning, este foi o período que definiu a História americana, e aqui há outro ponto de ruptura com Turner. Ao se afastar da Costa leste na sua visão historiográfica, Turner irá ignorar a escravidão, o negro e todo legado do sistema latifundiário bem como as rupturas políticas, sociais e econômicas provocadas nos Estados Unidos. Ao se concentrar na expansão para o Oeste, procurando um princípio unificador para a identidade nacional, Turner irá literalmente “recortar” de seu “mapa” historiográfico o Sul e tudo que ele representa (isto será visto em mais detalhe no capítulo seguinte).

Todas essas escolas divergiam entre si, mas tinham importantes pontos comuns. Primeiramente, eram centradas na Costa leste, nas grandes universidades da Nova Inglaterra tais como Yale, Harvard, Columbia e Johns Hopkins. Em segundo lugar, os próprios historiadores vinham desta região, muitos haviam estudado na Europa e pertenciam, na sua maior parte, a uma tradição de historiadores amadores. Em terceiro lugar, eram influenciados pelo modelo rankiano de História,



no sentido de buscar uma narrativa de eventos resultantes das ações de lideranças políticas e militares.

O método desses historiadores era considerado científico. Buscavam os fatos em documentação relevante: correspondência, tratados e arquivos oficiais. A visão era de cima, através da observação dos grandes atores políticos e diplomáticos, ou de baixo, analisando-se a evolução das instituições. Ausente das três escolas historiográficas dominantes nos Estados Unidos do século XIX estava a sociedade como um todo, isto é, o povo. Ausentes estavam, também perspectivas econômicas e sociais além das políticas. Havia em demasia a questão da proximidade e continuidade político-institucional com a Europa, principalmente a Europa anglo-saxônica. Em suma, toda a experiência da conquista do interior americano, do “sertão”, havia sido ignorada.

A entrada de Jackson Turner no cenário da historiografia americana resultou no preenchimento dessas lacunas e serviu para inovar e revolucionar as interpretações tradicionais. Ao colocar a experiência da Fronteira no centro de uma teoria de desenvolvimento de sua Nação, o historiador deslocará o eixo historiográfico da política para a natureza e a geografia humana, dando importante salto qualitativo. Transformará o estudo da história num esforço transdisciplinar, incorporando todas as novas ciências sociais que estavam surgindo no final do século XIX. Ao invés de uma história narrativa de fatos políticos, Turner vai propor uma história analítica que explica processos sociais através de padrões e teorias de perfil sintetizadores e universais. Não há cronologia de eventos na sua proposta de história, mas sim um princípio orientador: a expansão para o Oeste e a interação com o *wilderness*, (conceitos que serão analisados mais adiante) explicam o desenvolvimento da Nação americana.

Outro ponto de inovação de Turner sobre a historiografia tradicional dominante em seu tempo está, como já foi mencionado, na ênfase sobre a originalidade, sobre o aspecto único da Nação, do povo e das instituições americanas. Ao invés de buscar a continuidade e a proximidade com a Europa, Turner busca a ruptura. A identidade nacional é forjada em solo nativo, através da interação com o meio ambiente. Povos e instituições podem ser importados da Europa, mas sofrem profundas mudanças em decorrência do seu confronto com a natureza na América, transformando-se em novas formas culturais – em algo inédito, considerado exclusivamente “americano”.

Finalmente, o ponto final da inovação de Turner está na ênfase sobre o homem comum, ao invés das lideranças políticas e militares. O homem comum é justamente aquele indivíduo desbravador do *wilderness*, o homem natural, livre, móvel, dinâmico, empreendedor, rústico. É o *pioneer* que melhor representa a exaltação dessa simplicidade, do espírito aventureiro, da coragem e da autodeterminação que para Turner caracterizariam o “povo americano”.

Ao introduzir essas novas questões na historiografia americana, Turner foi um dos precursores, junto com Carl Becker, entre outros, do que na virada do 21 século XIX o historiador James Harvey Robinson chamou de *New History*: a história analítica e total, que incorpora todas as disciplinas das ciências sociais – economia, antropologia, geografia, sociologia. Esta é a história do homem comum, do povo, que seria criada por homens comuns, nascidos e formados no centro-oeste americano. Esses novos historiadores foram educados em universidades públicas, fora do eixo da costa leste do Atlântico norte e das universidades antigas e privadas onde foram formados os “eurófilos” brâmanes da historiografia tradicional americana.



A formação de Jackson Turner, como se verá adiante, possibilitou ao historiador viver, captar e sintetizar em teoria concreta algo que já dominava o imaginário político, social e cultural americano há muito tempo: a influência da expansão para o Oeste. Ao longo de todo o século XIX, o desenvolvimento do imaginário americano foi marcado por esta expansão. O Oeste já estava muito presente no imaginário americano. Estava nos escritos de Thomas Jefferson, no ideal do *Manifest Destiny* (a missão de propagar a democracia americana pelo continente adentro), em figuras folclóricas como Daniel Boone e Buffalo Bill, e na literatura de James Fenimore Cooper. A corrida ao ouro de 1848, a abertura do Erie Canal no centro oeste para navegação a vapor e a construção das ferrovias são aspectos do desenvolvimento econômico e industrial americanos diretamente ligados à expansão para o Oeste.

Portanto, além de propor um novo conceito de Nação e de identidade nacional e um novo método de se fazer história, o ensaio *The Significance of the Frontier in American History* também captou e sintetizou o “espírito dos tempos”. O historiador Charles Beard, contemporâneo de Turner e seguidor dessa nova linha de história, afirma que o ensaio de Turner “was destined to have a more profound influence on thought about American history than any other essay or volume ever written on the subject”⁹. Richard Hofstadter, especialista na época e na geração de Turner e Beard, escreve que, “... he [Turner] had caught in an essay of less than thirty pages what was to become the characteristic American view of the American Past.”¹⁰

The Significance of the Frontier in American History foi publicado numa coletânea de ensaios de título homônimo. Três outros ensaios dessa coletânea, mais outro publicado avulso, complementam o ensaio principal e juntos formam o

quinteto que abriu uma nova perspectiva na historiografia americana.¹¹

Turner não foi um escritor prolixo. Além do volume de ensaios, *The Significance of the Frontier in American History*, publicou mais outro volume em vida: *The Rise of the New West*, em 1906. Dois outros volumes, outra coletânea de ensaios, *The Significance of Sections in American History*, e um trabalho extenso, *The United States, 1830 – 1850: The Nation and its Section – de 1935* – foram publicados após sua morte. Juntas essas publicações formam uma obra de quatro volumes, numa carreira que durou mais de quarenta anos.

O impressionante em Turner não é a quantidade de seu trabalho, mas o enorme impacto causado por uma obra relativamente pequena. Esses escritos formam uma corrente de idéias, um eixo central sobre o qual algumas gerações de pensadores iriam se apoiar e contra o qual outras iriam se rebelar. Existem muitos problemas com a proposta de Turner, mas não deixa de ser uma proposta que incendiou o mundo intelectual americano por quase um século.

1.2 A FORMAÇÃO DE UM NOVO TIPO DE HISTORIADOR AMERICANO

Todos os elementos da mitologia ligada ao Oeste que figuravam no imaginário coletivo americano marcaram a realidade particular de Frederick Jackson Turner, nascido em 1861 na cidade de Porthage, no estado fronteiro de Wisconsin. Já o histórico familiar de Turner exemplifica a mobilidade do leste para o oeste representada em sua obra: seus pais vieram de Nova Iorque para Wisconsin, seu pai se chamava Andrew Jackson Turner, em homenagem ao Presidente Andrew Jackson, o grande representante político do homem da fronteira (ver próximo capítulo).



Turner cresceu interagindo com índios. Juntos, desciam de jangada os rios vizinhos. Observava os imigrantes escandinavos e irlandeses, selvagens e aventureiros que trabalhavam nas florestas próximas cortando árvore para o comércio de madeira. Presenciou brigas que resultaram em linchamentos. Ouvia estórias de pioneiros que estavam desbravando o wilderness bem próximo de sua cidade. O contato com a natureza, a aventura e o exótico foi uma parte intrínseca da formação do historiador. Influenciou de maneira decisiva sua proposta histórica. Turner mesmo descreve, em carta autobiográfica, a influência de suas experiências ao crescer em Porthage:

I have poled down the Wisconsin [River] in a dugout with Indian guides [...] through virgin forests of balsam firs, seeing deer in the river[...] feeling that I belonged to it all [...]. I have seen a lynched man hanging from a tree when I came home from school [...] have plodded up the 'pinery' road that ran past our house to the pine woods of Northern Wisconsin, have seen Indians come in on their ponies to buy paint and ornaments and sell their furs; have stumbled on their camp in the Baraboo [river], where [...] an Indian family was bathing in the river – the frontier in that sense [...] was real to me, and when I studied history I did not keep my personal experience in a [...] compartment away from my studies. ¹²

Turner estudou história na Universidade de Wisconsin numa época de mudanças na academia americana e internacional, tanto em termos estruturais quanto disciplinares. Era uma época em que o pensamento ocidental passava a ser fortemente dominado pela ciência. A Revolução Industrial e o Progresso técnico-científico, provocando profundas transformações no mundo material, fizeram com que a ciência,

e o método científico dominassem todas as esferas das atividades humanas. A ciência passou a ser utilizada não só para estudar o mundo material, mas também o comportamento humano. A análise de assuntos humanos, antes delegada à Filosofia, começava a ser realizada em perspectiva multidisciplinar. Surgiam, a partir da segunda metade do século XIX, as Ciências Sociais, entre as quais se destacavam a Economia, a Sociologia e a Antropologia.

Essas novas disciplinas, “científicas” na sua metodologia, são profundamente influenciadas pela teoria de evolução de Darwin e a ênfase sobre o impacto do meio ambiente no desenvolvimento dos seres vivos. A linguagem biológica de Darwin – adaptação, hereditariedade, evolução, espécie, organismo – penetra a linguagem das Ciências Sociais. Neste contexto a História, previamente um mero ramo da Literatura, narrada de forma parcial e poética, é incorporada também ao âmbito das ciências sociais, a ela sendo aplicado o método científico na análise dos processos históricos.

Turner ingressa na Universidade de Wisconsin no limiar desta nova era na academia. Trata-se de um momento de grande expansão no ensino público americano, representado de maneira importante pelas universidades públicas. É também um momento de crescente demanda por especialização, com ênfase em estudos de pós-graduação. Nesse espírito, Turner completa seu mestrado sobre o comércio de peles em Wisconsin e segue para o doutorado na Universidade Johns Hopkins, em Baltimore, no estado de Maryland.

É justamente neste reduto de Herbert Baxter Adams, guru da escola teutônica (mencionada acima), que Turner vai consolidar uma nova metodologia e conteúdo no estudo da História. Toda a formação e o imaginário de Turner lhe indicavam que esta interpretação da história



era altamente problemática. As idéias de Adams, influenciadas por Freeman e Ranke, sustentavam ser a história feita dos acontecimentos políticos do passado. Turner vai ampliar consideravelmente esta perspectiva simplista, incorporando à sua análise de história disciplinas como economia, geografia, cartografia, antropologia e sociologia.

Neste esforço, contou com preciosas colaborações de colegas e professores ilustres. Entre estes estava Woodrow Wilson, futuro presidente dos Estados Unidos. Wilson concordava com Turner que a influência do Oeste havia sido negligenciada pela historiografia americana. Wilson também apresentou Turner aos trabalhos de Walter Bagehot, principalmente *Physics and Politics*, que demonstrava como o impacto do meio ambiente alterava de maneira substancial as instituições, rompendo assim com tradições enraizadas. O economista Richard Ely, professor de Turner, o encaminhou para os escritos de Francis Walker, autor que analisou o impacto de terras livres sobre a economia e a história. Walker também estimulou Turner a adotar uma metodologia mais sistemática, utilizando a estatística, algo inovador no âmbito da História. O sociólogo Albion Small motivou Turner a pensar de maneira interdisciplinar, e enfatizava a importância de forças sociais sobre os processos históricos.

De suprema importância para a tese de Turner foram os trabalhos de J.G. Droysen, *Grundriss der Historik*, inspirado em Hegel, e *Analisi della Proprietà Capitalista de Achille Loria*, que estabelecia a ligação entre colonização, expansão e terras livres com o Capitalismo.

Assim, com todo este leque abrangente de idéias tiradas de múltiplas disciplinas, Turner estava armado para revolucionar a historiografia americana na sua própria fortaleza. Como afirma Richard Hofstadter, é uma tese que rompe com a tradição europeia

utilizando o melhor do pensamento intelectual europeu. Segundo Hofstadter:

The Turner thesis, though based on frontier experience and Western loyalties, had its debt not only to Eastern centers of learning but to ideas imported from England, Germany, and Italy. American democracy may have been born on the frontier, but the Turner thesis was nurtured in Siena and Padua, Gottingen, Berlin, and Jena, Oxford and Cambridge, as well as Porthage, Madison [Wisconsin] and Baltimore.¹³

1.3 A PROPOSTA DE TURNER: A HISTÓRIA COMO DIÁLOGO COM A SOCIEDADE

Ao apresentar seu ensaio *The Significance of the Frontier in American History* ao Congresso de historiadores americanos em Chicago, Turner estava na verdade visando duas platéias. Havia a platéia imediata dos seus colegas acadêmicos, para a qual apresentava o que, na sua concepção, seria a historiografia do futuro. Esta era uma maneira de se fazer história que incorporava a análise no lugar da simples narrativa. Buscava explicar o desenvolvimento da sociedade americana em termos de suas experiências e características originais, e não de meras ligações com instituições e processos advindos da Europa.

Turner defende a idéia da história total e universal, que incorpora todas as atividades do conhecimento humano, seja nas artes ou nas ciências. Esta é a história que está sempre em fluxo, ligando passado e presente num processo inacabado por estar sujeito a revisões e modificações de acordo com as condições do momento. No seu ensaio, *The Significance of History*, precursor do ensaio principal sobre a Fronteira, Turner ressalta essas idéias e as coloca como um desafio aos seus colegas historiadores:



MELISSA DE MELLO E SOUZA

[...] history is past literature, it is past politics, it is past religion, it is past economics [...]. History is the biography of society in all its departments. History [...] is ever becoming, never completed. The aim of history, then, is to know the elements of the present by understanding what came into the present from the past. For the present is simply the developing past, the past the undeveloped present. [As Droyden says], 'History is the self-consciousness of mankind' [...] in history there is unity and continuity [...] there is no gap between ancient, medieval, and modern history. [...] not only is it true that no country can be understood without taking account of all the past [...] [but] local history can only be understood in the light of the history of the world. There is unity as well as continuity [...].¹⁴

No Congresso de Chicago havia para Turner uma platéia mais abrangente do que a composta pela presença física de seus colegas historiadores. Turner estava falando ao povo americano. A idéia da ligação entre o acadêmico e a sociedade é outro componente-chave de sua proposta inovadora. Turner não só visava uma nova maneira de se fazer história, mas uma nova função para a história e o historiador: o diálogo com a sociedade. Turner era contra a idéia do ivory tower historian, o intelectual da “torre de marfim” que se isolava do público ao se fechar no ambiente acadêmico, escrevendo apenas para a platéia dos seus colegas imediatos. Para o historiador de Wisconsin, o exercício da história implicava numa função moral: inculcar um sentido de cidadania no povo. Assim, Turner visava a união entre história e política, sendo o elo entre essas duas esferas constituído pelas instituições públicas, principalmente o ensino público.

Como professor de uma universidade pública (a Universidade de Wisconsin e outras *community colleges*), Turner defendia a idéia



da utilidade prática do ensino da História. No ensaio *The Significance of History*, o historiador afirma: “...perhaps [History’s] most practical utility to us, as public school teachers, is its service in fostering good citizenship”¹⁵. O método pelo qual a história se tornaria prática seria o da popularização do conhecimento científico e da democratização do ensino. No mesmo ensaio, Turner coloca as seguintes questões:

The popularizing of scientific knowledge is one of the best achievements of this age of book-making. It is typical of that social impulse which has led university men to bring the fruits of their study home to the people. Our own state university [University of Wisconsin] carries on extensive work along these lines. I believe that this movement [towards] popularizing historical and scientific knowledge will work a real revolution in our towns and villages as well as in our great cities [...]. [The schoolteacher] is called upon to be the apostle of higher culture in the community in which he is placed. Historical study has for its end to let the community see itself in the light of the past, to give it new thoughts and feelings, new aspirations and energies [...]. This is therefore one of the ways to create good politics [...].¹⁶

Nessas últimas frases está o ímpeto criativo por trás do ensaio principal *The Significance of the Frontier in American History*. O historiador não só irá re-interpretar o passado à luz do presente, mas se colocará como interlocutor de uma comunidade com suas experiências coletivas. Assim, o historiador estabelece uma ponte entre passado, presente e futuro, tirando do passado experiências que possam servir de exemplos morais, guias para uma conduta social efetiva.



1.4 A CONQUISTA DA FRONTEIRA COMO MITO

Esta nova função do historiador, ambiciosa e de grande responsabilidade, requer uma linguagem diferente da puramente acadêmica. O diálogo com os colegas acadêmicos é o da complexidade, envolvendo todas as ferramentas científicas e intelectuais exigidas na construção dessa nova historiografia. O diálogo com a sociedade, no entanto, é o da simplicidade. Se Turner constrói sua tese de maneira complexa, cientificamente, ele a executa de maneira simples, utilizando a Mitologia da Fronteira¹⁷. O historiador americano Warren Sussman afirma que:

Many defenders of [...] Jackson Turner and many critics have tried to sum up his greatness [...]. But the genius of Turner was essentially a simple and yet a vital one culturally. He took a major American myth and made from it effective history. He took a utopian set of values and beliefs and made them effective for his own times [...]. His was an effort in analysis [...]. What more, since he could reveal why America had developed as it had... his analysis might provide [...] some clues as to what must be done to preserve that order.¹⁸

A utilização do mito da Fronteira como princípio unificador e orientador da sociedade americana tem inspiração direta na escola romântica e serve a um propósito muito específico no momento histórico em que Turner escreve, a última década do século XIX. É um momento em que a América se encontra no limiar de uma nova era na história: a “velha América” descentralizada das pequenas aldeias, da vida pastoral, da indústria leve e da produção caseira começa a ceder espaço e, conseqüentemente, a ser ameaçada por uma nova ordem social e econômica. É o advento das grandes concentrações industriais e do

surgimento dos poderosos “barões” do aço, das ferrovias e do petróleo como Carnegie, Vanderbilt e Rockefeller. É também a época em que se desenvolvem os grandes centros urbanos que recebem milhões de imigrantes judeus, italianos, irlandeses e eslavos que servirão de mão-de-obra para as novas indústrias gigantes.

Este momento de grande transformação e fluidez na sociedade americana gera também muita tensão social e medo. Nesta intercessão da história, o ensaio de Turner utiliza o mito da Fronteira como um elo entre passado e futuro. A experiência da conquista da fronteira, que há muito tempo já era sentida tanto no cotidiano quanto na imaginação dos americanos, transforma-se numa explicação concreta para todo o desenvolvimento de uma Nação. Desta explicação histórica surgirão os exemplos para enfrentar o futuro, preservando os valores sociais e morais advindos da experiência da Fronteira. Deste modo, Turner se vale da antiga tradição grega da história, em que o passado é narrado de forma épica e onde a busca do exemplo moral histórico – a história como “mestra da vida” – é a própria motivação do ato de contar o passado.

Aí está o principal elemento de continuidade com a historiografia de tradição romântica. A história se transforma num novo épico cujo herói é o frontiersman, um homem comum que enfrenta a natureza selvagem e se transforma no protótipo do homem americano. As múltiplas dimensões da mitologia da Fronteira – e a maneira como Turner estabelece as conexões e os exemplos para o futuro da Nação americana – são os temas do próximo capítulo.





2. A CONQUISTA DA FRONTEIRA: UMA ANÁLISE







2. A CONQUISTA DA FRONTEIRA: UMA ANÁLISE

2.1 ENTRE PASSADO E FUTURO NA OBRA DE TURNER: FRONTEIRAS FÍSICAS E IMAGINADAS

The Significance of the Frontier in American History já começa colocando um ponto de tensão entre passado e futuro onde se insere a questão da experiência da Fronteira:

In a recent bulletin of the [...] Census for 1890 appear these significant words: 'Up to... 1880 the country had a frontier of settlement, but at present the unsettled area has been so broken [...] that there can hardly be said to be a frontier line [...] [this frontier line] can not [...] any longer have a place in the census reports'. This brief official statement marks the closing of a great historic movement [...]. American history has been in a large degree the history of the colonization of the Great West. The existence of an area of free land, its continuous recession, and the advance of American settlement westward explain American development.¹⁹

Esta afirmação coloca as duas questões centrais que irão dominar a obra de Turner. A primeira questão é a seguinte: a fronteira física se fechou. Não há mais terra aberta a ser conquistada. No entanto, o que define os americanos como povo e como Nação é precisamente o processo de conquista do continente. Se a identidade nacional americana (segundo Turner) surge da conquista da terra aberta, não-colonizada, num movimento contínuo e histórico do leste ao oeste, o que será desta identidade uma vez que não existe mais terra a ser



conquistada? Como irão os americanos se definir diante da ausência do movimento e da dinâmica do domínio da natureza que os caracterizam como povo?

O segundo ponto implícito na afirmação citada acima serve como uma resposta à primeira questão. A explicação de como o passado da experiência da Fronteira moldou o caráter americano irá servir de exemplo de conduta, no sentido em que os princípios tirados desta experiência poderão orientar as futuras ações da sociedade americana. É neste ponto que entra a questão da Fronteira como mito.

A Fronteira assumirá muitos nomes: free land, Great West, Wilderness. Ela será o ponto de encontro entre a “civilização” e a “barbárie”, servindo também de momento e local para o *effective Americanization* e “eterno recomeço”. Nesses aspectos, a Fronteira transcende sua condição de mero espaço físico – terra aberta a ser colonizada – e passa para o terreno do imaginário. Em cada uma de suas encarnações, a Fronteira se revela como um espaço – físico ou imaginado – onde ocorrem processos de transformação. Na sua essência, a Fronteira de Turner é o ponto onde há um rompimento com o passado, um novo desafio a ser enfrentado e um recomeço. É um processo que não tem fim: onde houver um desafio, a possibilidade de renascer e de desbravar um novo caminho, haverá uma fronteira. É deste aspecto imaginário, onde há um eterno movimento, que os americanos deverão tirar os princípios orientadores para seu futuro.

2.2 ANTECEDENTES DA MITOLOGIA DA FRONTEIRA: OESTE, PARAÍSO E WILDERNESS

A obra de Turner se baseia numa antiga e rica experiência coletiva dos povos do Norte Europeu que colonizaram, num



primeiro instante, os Estados Unidos. Os múltiplos nomes dados ao vasto interior do continente americano – *Great West*, *Wilderness*, *Frontier Experience* – são frutos de um imaginário que se alimenta de inúmeras fontes: mitologias advindas da Antiguidade Clássica, das culturas celta e teutônica, da Bíblia e do Romantismo europeu do século XIX. Deste “caldeirão” da imaginação é possível traçar a genealogia dos diversos conceitos empregados por Turner ao descrever a marcha épica dos pioneiros de leste a oeste do continente americano.

Os dois principais conceitos são: Oeste e *Wilderness*, que serão analisados em termos de dicotomias: paraíso x deserto, civilização x barbárie, recomeço x continuidade, passado x futuro. O “Oeste” será sempre associado ao ideal – a algo a conquistar, a sonhos a realizar, em suma, à eterna busca, e ao futuro. *Wilderness* é o caminho para o sonho – uma passagem repleta de perigos, desafios e mistérios que o pioneiro tem que enfrentar para conquistar o que deseja. *Wilderness* é o ambiente – caracterizado pela incerteza e pelo desconhecido – que é percorrido em direção ao “Oeste”. A linha imaginária que separa os dois é a “fronteira” entre sonho e busca, passado e futuro.

Na Antiguidade Clássica, o “Oeste” esteve associado não a uma região específica, mas ao paraíso, ao sonho, ao maravilhoso: uma entidade sempre móvel no imaginário, o vir-a-ser ligado ao futuro de promessa e felicidade. O poeta Horácio já escrevera:

*See, see before us the distant glow,
Through the thin dawn-mists of the West,
Rich sunlit plains and hilltops gemmed with snow,
The Islands of the Blest!*²⁰



As “Ilhas dos Abençoados” do oeste, para Plutarco, eram “terras abundantemente férteis, que produziam espontaneamente uma abundância de frutos delicados, suficientes para alimentar os habitantes, que aqui podem gozar de tudo sem problemas ou esforço”.²¹

São idéias expostas há cerca de dois mil anos, mas que perduraram no imaginário da cultura ocidental e motivaram as explorações marítimas do mundo moderno. Segundo o filho de Colombo, o navegador sonhava em conhecer as ilhas místicas do Oeste, onde se encontrariam maravilhas como a fonte da juventude, as cidades douradas de Cibola, as amazonas das ilhas da Califórnia. Ao navegar em direção ao Oeste, Colombo visava chegar ao ponto final do oriente, onde estaria o paraíso. Ao circular a costa de Trinidad, Colombo pensou que havia encontrado o paraíso terrestre, “pois todos dizem que fica no final do oriente, e é aqui que estamos.”²²

A idéia de paraíso está ligada ao idílio, ao ser humano em perfeita harmonia com a natureza que o cerca. Não há esforço nem dificuldades. A natureza cede os seus frutos sem luta. Não há perigos nem incertezas. Neste sentido, há uma tensão entre os conceitos de “Paraíso” e *Wilderness*, onde a natureza se apresenta como desafiante e hostil, precisando ser trabalhada e dominada.

A idéia de *Wilderness* é chave para entender a questão da identidade nacional americana e a forma como é trabalhada na obra de Turner. Um dos grandes clássicos sobre o assunto é o livro *Wilderness and the American Mind*, de Roderick Frazier Nash, originalmente escrito em 1967. “*Wilderness was the basic ingredient of American culture*”, diz Nash. “*From the raw materials of the physical wilderness, Americans built a civilization. With the idea of wilderness they sought to give their civilization identity and meaning*”.²³



Etimologicamente, a palavra *wilderness* é de origem germânica. Advém de *wild deor*, ou “fera selvagem”. A contração de *wild deor* para *wilder* leva a *wild deor ness* – o lugar das feras selvagens.²⁴ Neste sentido, o conceito se refere a tudo que escapa ao controle humano, estabelecendo uma delimitação entre o que é subjugado, dominado pela ação humana e o que não é – isto é, uma separação entre *Wilderness* e Civilização. O próprio conceito de *Wilderness* é estabelecido a partir da noção de que o homem pode dominar e controlar a natureza. Na história humana, isso teria ocorrido com a passagem da vida nômade de caçador/coletor para a vida pastoral, com os adventos da agricultura e da domesticação dos animais. Nash escreve:

*The roots of the story lie in the fact that civilization created wilderness. For nomadic hunters and gatherers [...] ‘wilderness’ had no meaning. Everything natural was simply habitat [...]. Lines began to be drawn with the advent of herding, agriculture, and settlement. Distinctions between controlled [...] and uncontrolled animals and plants became meaningful, as did the concept of controlled space [...]. For the first time humans saw themselves as distinct from and [...] better than the rest of nature [...]. The intellectual consequence was the application of the concept of ‘wild’ to those parts of nature not subject to human control.*²⁵

Os dois principais aspectos da idéia de *Wilderness* que influenciaram o imaginário dos pioneiros americanos vêm do folclore medieval norteyuropeu (principalmente a Europa anglo-saxã, de onde vieram os primeiros imigrantes para a América do Norte) e da tradição judaico-cristã.

Nas lendas e na mitologia medieval das tribos do norte da Europa, os *wild doers* habitavam locais desconhecidos do homem:



escuros, sombrios e desolados. O limite entre conhecido/desconhecido, controlado/não-controlado era estabelecido por demarcações topográficas como a floresta, as montanhas, um lago ou o mar.

Um dos primeiros instantes da utilização do conceito e do termo *wild doer* se encontra no poema épico *Beowulf*, do século VIII. Trata-se de um embate entre as tribos lideradas pelo guerreiro e herói *Beowulf* e os *wild deor*, as criaturas fantásticas e monstruosas que habitavam lugares remotos e escuros nas florestas, grutas, cavernas e penhascos.²⁶ *O Lobisomem e o Big Foot*, ou *Pé Gigante*, uma enorme fera devoradora de homens, também eram habitantes das profundezas sombrias das florestas. Já *o Abominável Homem das Neves* vinha das regiões mais distantes das montanhas. Todos são exemplos dos *wild doer* associados, na imaginação norte-européia, à escuridão e ao terror, à “fera” que reside tanto fora quanto dentro do homem, nas partes mais profundas do seu inconsciente.²⁷ (No que concerne à obra de Turner e o imaginário dos pioneiros americanos, o *wild doer* é o índio. Num primeiro instante, para os puritanos, os índios são feras tão assustadoras quanto as criaturas medievais. Num segundo instante, para os colonizadores já influenciados pelo Iluminismo dos séculos XVIII e XIX, os índios são apenas homens “primitivos” representantes de um estado anterior e inferior à civilização européia).

O termo completo *Wilderness – wild doer ness* – começou a ser utilizado genericamente pela influência do reformador inglês John Wycliff, que empregou a palavra em sua tradução da Bíblia, do latim para o inglês, no século XIV. Neste contexto, *Wilderness* mantém a idéia de um lugar desconhecido, perigoso e hostil ao homem, desta vez associado ao deserto. Wycliff empregou *Wilderness* às regiões áridas e sem habitação do Oriente Médio, cenário dos Testamentos da Bíblia.²⁸ No Gênesis aparece a dicotomia *Wilderness/Paraíso* – colocada como



deserto x idílio – na história da queda de Adão e Eva do Jardim do Éden.

O termo *Wilderness* descreve o caminho hostil, pleno de desafios e dificuldades que está diante de Adão e Eva, em contraste com a natureza acolhedora e harmoniosa do Éden (termo hebraico para “delícia”) que foi deixado para trás. Na versão inglesa da Bíblia, na escritura de Isaías 51:3, Deus promete reabilitar as terras de Zion, tirando-as da condição de deserto (*Wilderness*) para torná-las férteis como no Jardim do Éden: *[The Lord Said] that [He would] make [Zion's] wilderness like Eden, her desert like the garden of the Lord*. Na visão de Nash, “*The story of the Garden and its loss [placed] into Western thought the idea that wilderness and paradise were both physical and spiritual opposites.*”²⁹

A tensão bíblica entre *Wilderness* e Paraíso, assim como a mitologia germânica dos *wild doer*, alimentaram a imaginação dos primeiros colonos americanos. Os puritanos da Nova Inglaterra, assim como Colombo, vieram para a América à procura do paraíso, da Terra Prometida. Encontraram um lugar misterioso, amedrontador, pleno de dificuldades. “*A hideous and desolate wilderness*” foram as palavras de um dos primeiros colonos recém-desembarcados do *Mayflower*, William Bradford.³⁰

A vida para esses puritanos foi colocada em termos de um desafio: fazer com que a terra cumprisse sua promessa – arrancar do chão árido, com suor e sabedoria, alimentos e produtos para transformá-lo num grande jardim. “*Wilderness [is the stage] thro' which we are passing to the Promised Land*”, declarou, em 1693, o intelectual puritano Cotton Mather.³¹ Assim, a idéia de *Wilderness* é de um estágio: trata-se de uma passagem para uma vida melhor, onde o objetivo passa



a ser o de aperfeiçoar a natureza – moldá-la, desenhá-la, manipulá-la a ponto de desvendando os seus segredos e fazê-los render ao homem “a terra prometida”.

Implícitas no imaginário puritano estão as idéias de busca, desafio e progresso que serão chaves na proposta de identidade nacional de Turner. Não obstante, é importante ressaltar que na visão puritana o embate com a natureza se dá no sentido de subjugá-la, dominá-la, “civilizá-la”. Não existe ainda um conceito de regeneração pelo contato com a natureza, que será central à obra de Turner.

Os puritanos viam o *Wilderness* com as mesmas lentes de seus ancestrais germânicos: um reduto ameaçador, cheio de *wild doer* (animais selvagens e índios – Cotton Mather os chamava de “lobos da noite”, “dragões”, “serpentes voadoras”, “demônios”). Era um lugar a ser conquistado em nome da civilização européia e do cristianismo num movimento unidirecional: o homem transforma a natureza, mas por sua vez se preserva de qualquer influência do ambiente natural.

Na literatura puritana, o *Wilderness* representa a tentação, a região do desconhecido onde o homem arrisca perder-se de sua comunidade e de si mesmo. Há o impulso à fuga para uma vida na natureza, entre os índios, que representam a violência, a liberdade e a sexualidade – em suma, os atributos do demônio. Se resistir à tentação, o colono renasce em solo novo, tendo preservado seus valores cristãos. Se não resistir, é sua perdição.³² É o mito da tentação de Cristo no deserto, ou seja, no *Wilderness*.

Em 1697, um dos colonos da Nova Inglaterra, John Higginson, escreveu: “...a wilderness was subdued.... Towns erected, and Churches settled...in a place where...[there] had been nothing before but...Idolatry and [the cult of the Devil].”³³ A passagem capta



todas as idéias essenciais dos puritanos: a natureza subjugada, a implantação de cidades e igrejas – o Progresso, a Civilização e o Cristianismo – e o domínio sobre as forças do mal associadas ao Wilderness e aos índios, que “cultuavam o demônio”.

Neste primeiro instante, então, a fronteira entre *Wilderness* e Civilização já se apresenta como um elemento do imaginário americano – o ponto de desafio e recomeço – que será central à obra de Turner. A transformação do *Wilderness* do deserto e do perigo para o *Wilderness* da regeneração ocorrerá com a passagem para o período iluminista.

Esta época coincide com a intensificação da expansão para o Oeste na América do Norte. O conhecimento da natureza, principalmente aquele que vem da sabedoria indígena, passa a ser necessário a um número cada vez maior de colonos que penetram mais profundamente no continente. A própria imagem da natureza se altera: não se trata mais de uma força ameaçadora, representativa dos impulsos mais ferozes do ser humano. O novo período histórico é caracterizado pelo predomínio da razão como principal instrumento de conhecimento, e a natureza selvagem pode ser domesticada, controlada e cultivada, com suas forças canalizadas de maneira racional pela ação humana.

Com o descobrimento das leis universais que regem a natureza, o meio natural passa a ser mais uma expressão de Deus sobre a terra. É a idéia da natureza “sublime” que representa o grandioso, o infinito. A natureza continua sendo um reduto do sobrenatural. No entanto, não é mais demoníaca nem aterrorizante: é a mais alta expressão de beleza e benevolência divinas.

A nova visão da natureza tem profundas implicações na relação “*Wilderness*/Civilização” e leva à redefinição de ambos os conceitos.



Sob influência dos pensadores iluministas, Montesquieu e principalmente Jean-Jacques Rousseau, há uma reavaliação da relação homem-natureza-civilização. Para Rousseau, a “Civilização”, na maneira como foi concebida e instituída até então, é o reduto de desigualdade, opressão, mentira, falsidade, distorção – *tromperie*, como afirma Rousseau nas suas *Rêveries*. Segundo Rousseau, o homem nasce puro e a sociedade o corrompe.

A pureza inicial do homem se deve ao seu estado natural, anterior ao ingresso na sociedade injusta. A natureza agora é associada à moral, à virtude, ao bom e ao verdadeiro – qualidades que o homem perdeu ao longo da história ao participar de uma sociedade desigual e competitiva que motiva inveja, ganância, vaidade, disputas desleais e traição. A grande proposta de Rousseau é de reformar a sociedade, começando pela reforma do homem.

O processo de reforma começa pela natureza. O homem, para se tornar um ser moral, íntegro e virtuoso, tem que ser criado longe da sociedade – em meio à natureza. Assim, o homem preservará sua “pureza” inicial. Isto lhe dará condições para formar uma sociedade justa no futuro, no sentido em que homens justos formarão uma sociedade ideal – igualitária, verdadeiramente democrática.

As idéias de Rousseau e o novo conceito de natureza “sublime” foram marcos do movimento romântico no ocidente do século XIX, com impacto direto sobre o romantismo americano: “How great are the advantages of solitude! — How sublime is the silence of nature’s ever-active energies! There is something in the very name of wilderness... [which calms] the spirit of man. There is religion in it.”³⁴ Essas frases do americano Estwick Evans, escritas em 1818, poderiam ter vindo diretamente de Rousseau. *Wilderness* é a expressão do divino



e possui poderes regenerativos: é o reencontro do homem consigo mesmo. Passa a ser, também, por outro lado, um símbolo de identidade nacional – o grande marco divisor entre a Europa e a América.

Um dos mais famosos paisagistas americanos do século XIX, o pintor Thomas Cole (da escola das paisagens “sublimes” nos Estados Unidos) capta a idéia da natureza como símbolo nacional. Em 1836, escreveu: “*Though American scenery is destitute of many of those circumstances that give value to the European, still it has features, and glorious ones, unknown to Europe...the most distinctive... and most impressive characteristic of American scenery is its wilderness*”.³⁵

2.3 A OBRA DE TURNER: A ETERNA BUSCA DO PARAÍSO

2.3.1 O embate com a natureza e o novo tipo americano

No que concerne à obra de Turner, escrita na virada do século XIX para o século XX, existe uma série de configurações e influências de todas essas idéias, desde os conceitos puritanos do século XVII até as propostas iluministas e românticas dos séculos XVIII e XIX. Cotton Mather, Rousseau e Thomas Cole são todos elementos dos quais Turner irá costurar sua proposta de nacionalidade.

Vale a pena repetir: na tese de Turner, o desenvolvimento americano se inicia na confrontação do homem europeu com a natureza selvagem, na fronteira *entre Wilderness e Civilização*. Neste encontro, há uma interação entre o homem e seu meio ambiente, uma dinâmica em que o homem é influenciado pela natureza e – por sua vez – a influencia. Deste embate, surge um novo tipo humano, um ser tipicamente americano:



MELISSA DE MELLO E SOUZA

The frontier is the line of most rapid and effective Americanization. The wilderness masters the colonist. It finds him a European in dress [...] and thought [...]. It strips off the garments of civilization and arrays him in hunting shirt and mocassin. It puts him in the log cabin of the Cherokee [Indian] [...]. In short, at the frontier the environment is at first too strong for the man. He must accept the conditions which it furnishes, or perish [...]. Little by little he transforms the wilderness, but the outcome is not the old Europe [...]. The fact is, that here is a product that is American.³⁶

Num primeiro instante, está presente a idéia puritana do *Wilderness* como perigo – um ambiente que é “poderoso demais” para o homem, podendo “dominá-lo.” É o *Wilderness* como desafio. Num segundo momento, Turner rompe com as idéias puritanas de subjugação total da natureza e de preservação da “civilização” européia. Este homem, que chega com as “vestimentas” e o “pensamento” europeus, precisa desfazer-se deles para sobreviver. Em outras palavras, precisa deixar para trás a “Civilização” como ele a conhece e enfrentar a natureza nos seus próprios termos. É preciso voltar às condições do homem primitivo – neste caso, o índio – caçando e pescando, morando nas casas de madeira dos Cherokee e utilizando seus mocassins e suas vestimentas.

Neste embate, a natureza é um personagem assim como o homem. Turner segue o embalo de uma convicção profunda, quase religiosa. Para ele, ocorre um processo de transformação de ambos os personagens, um sincretismo do qual irá surgir um produto distintamente americano. A tese, tendo origem em visão conhecida, acaba sendo bastante original quando explica a identidade americana. Ela se dá em duas etapas: primeiro a ruptura com a Europa e, segundo, por um



processo de luta com a natureza. A síntese dessas duas idéias possibilita o surgimento do novo tipo humano.

2.3.2 A *marcha ao Progresso e à Civilização*

Este homem americano é dinâmico. Não ficará parado no estado primitivo. Trata-se apenas do ponto de partida numa longa caminhada em direção ao futuro generoso, ao Progresso, que levará à formação de uma nova Civilização.

American social development has been continually beginning over again on the frontier. This perennial rebirth, this fluidity of American life, this expansion westward with its new opportunities [...] furnish the forces dominating American character [...]. In this advance, the frontier is [...] the meeting point between savagery and civilization [...]. The United States lies like a huge page in the history of society. Line by line as we read this continental page [...] we find the record of social evolution. It begins with the Indian and the hunter; it goes on to tell of the disintegration of savagery by the entrance of the trader, the pathfinder of civilization; we read the annals of the pastoral stage in ranch life; [...] the intensive cultivation of the [...] farm element, and finally the manufacturing organization with city and factory system.³⁷

Através do movimento envolvido na conquista da fronteira, a civilização avança e se desdobra em múltiplas etapas que representam o desenvolvimento do capitalismo. Começa com a introdução do homem primitivo, o caçador. Prossegue com o elemento civilizador que penetra o mundo selvagem na condição de mercador, trazendo consigo alguns aspectos da civilização européia. O mercador, com o tempo, transforma-se em pecuarista, depois em agricultor e finalmente



num capitalista-industrial. Assim, a evolução social e industrial se desdobra no continente americano através da conquista de sucessivas fronteiras, num processo fluido, dinâmico, marcado por um movimento constante específico, que constitui o centro do caráter americano.

É importante notar que a idéia de Progresso dos puritanos, no sentido de implantar a cidade – símbolo da civilização – no *wilderness* é preservada. Não obstante, em vez de reproduzir as instituições da Europa cristã em solo novo, a proposta de Turner se concentra na idéia de instituições originais, produtos de outra realidade. As instituições que surgem na “marcha da civilização” através do continente serão influenciadas por elementos nativos, refletindo características peculiares ao novo homem que irá criá-las. Para Turner, a força da natureza agindo sobre o homem é superior e antecede qualquer instituição:

*Behind institutions, behind constitutional forms and modifications, lie the vital forces that call these organs into life and shape them to meet changing conditions. The peculiarity of American institutions is, the fact that they have been compelled to adapt themselves to the changes of an expanding people – to the changes involved in crossing a continent, in winning a wilderness, and in developing at each area of this progress out of the primitive economic and political conditions of the frontier into the complexity of city life [grifo meu].*³⁸

2.3.3 A etnia do novo homem americano e a “nacionalidade composta”

A composição étnica e racial deste novo tipo americano é também uma preocupação de Turner. Ele não trabalha com a idéia de



raça nem de miscigenação racial, que é tão central à proposta de identidade nacional brasileira em Oliveira Lima. Seu tipo americano advém da interação entre povos da Europa do Norte: alemães, escoceses, irlandeses e escandinavos:

The Middle region [Midwest] [...] was an open door to all Europe [...]. The Middle region was less English than the other sections. It had a wide mixture of nationalities, a varied society [...]. It represented that composite nationality which the contemporary United States exhibits, that juxtaposition of non-English groups [...]. Thus it became the typically American region.³⁹

Não existe a idéia da mistura com o índio nem com o negro. Em primeiro lugar, o índio representava o homem primitivo ao qual o novo homem americano, etnicamente europeu, teria de se sobrepor na marcha para a civilização. Em segundo lugar, o negro estava ligado às sociedades latifundiárias e escravagistas do sul dos Estados Unidos, uma situação totalmente desvinculada da experiência da fronteira descrita por Turner.

Nem o índio nem o negro eram imigrantes: o índio, por ser nativo, e o negro, por ter vindo forçadamente para o solo americano em condições de violenta opressão. O negro não poderia se identificar com o ser livre, auto-suficiente e possuidor de terras próprias que era o *frontierman*. Portanto, a *composite nationality* de Turner é mais uma nova espécie que contém um mínimo possível de genes ingleses. Alterada, de forma Lamarkiana, pelo meio ambiente, esta espécie apresenta novas características que irão ser transferidas de geração em geração, formando um novo tipo humano.



2.3.4 O homem americano como o homem natural: democracia, praticidade, liberdade e virtude

Quais seriam as características deste novo tipo humano que surge na fronteira? Como elas influenciarão as novas instituições a emergir? Seguindo a linha do romantismo via Rousseau, o homem americano é um ser regenerado pela natureza. Seu conhecimento vem do senso comum, da vida prática e da intuição advindos da necessidade de sobreviver num ambiente selvagem. Este é um homem que deixou a *tromperie* para trás: a nova sociedade criada por ele será igualitária e justa, pois pertence a um grupo de homens colocados em condições iguais. Não pertencem a hierarquias de nobreza. São homens comuns que dependem da sua própria capacidade e mérito para realizar suas ambições, abrindo caminho para a “Civilização”.

Existe a questão da democracia. A sensação de completa liberdade advindas da experiência da fronteira e o contato com as condições primitivas de vida geram no homem uma sensação de auto-suficiência que faz com que ele resista a qualquer poder coercitivo ou controlador. O homem da fronteira é antes de mais nada um amante da liberdade que luta contra forças restritivas. Como trabalha para si próprio, produzindo riqueza com suas próprias mãos, a participação e a liberdade política são preciosas, pois o que está em jogo é sua própria sobrevivência.

Para ressaltar este ponto, Turner cita um representante da região oeste do Estado de Virgínia:

It is not the increase in the population in the West which this gentlemen ought to fear. It is the energy which [...] western



habits impart to those emigrants. They are regenerated, politically, I mean [...]. They soon become working politicians; and the difference between a talking and working politician is immense. The Old Dominion has long been celebrated for producing great orators; but at home, or when they return from Congress, they have negroes to fan them to sleep. But a [...] western Virginia statesman, though far inferior in [...] rhetoric to an old Virginia statesman, has this advantage, that when he returns he [...] takes hold of the plow. This gives him bone and muscle, sir, and preserves his republican principles pure and uncontaminated [grifos meus].⁴⁰

Nesta passagem está clara a diferença entre a democracia abstrata do sulista *do Old Dominion*, bom de retórica mas não muito familiarizado com o trabalho, e a democracia real, prática, representada pelo homem do Oeste, que é impelido à participação cívica pelas necessidades práticas da vida e os esforços pela sobrevivência. Nota-se que o tipo de democracia descrito por Turner advém do sentimento, sendo fruto da experiência direta da vida junto à natureza e anterior a qualquer instituição.

O tipo de conhecimento orientado para a vida prática e para o resultado imediato, em contraponto ao conhecimento teórico que vem do estudo crítico e da análise, se transforma num marco cultural de grande impacto em todas as esferas de atividades da sociedade americana. É um conhecimento ligado a um conceito específico de trabalho que envolve suor, esforço físico, habilidade social para negociação, bem como a energia daquele que se levanta pelos *bootstraps* (literalmente, o cadarço das botas) para superar uma origem de recursos limitados e atingir uma posição de destaque na sociedade.



Essa idéia reflete, segundo Hofstadter, uma linha de pensamento anti-intelectual nos Estados Unidos.⁴¹ O anti-intelectualismo americano vê o estudo universitário, principalmente o das universidades tradicionais da costa leste, como uma atividade ligada ao ócio e à aristocracia. No Leste, a reflexão e o pensamento crítico seriam possíveis para aqueles que têm tempo livre, isto é, os que têm posses suficientes para se livrar da necessidade do trabalho braçal. O trabalho que envolve a participação no mundo físico seria, por outro lado, uma atividade necessária às camadas mais baixas da sociedade. O Oeste, por sua vez, seria a fonte da real democracia, onde homens comuns ascendem através dos esforços do seu trabalho prático, atuando no mundo em condições de igualdade. As exigências da vida prática reforçam a idéia de eterno movimento e dinamismo. Também estão ligadas ao avanço da civilização, no sentido do progresso material e evolução do capitalismo.

Numa passagem do seu *ensaio The Problem of the West*, Turner capta o caráter de empreendimento incessante, o vigor físico e a democracia igualitária representados pelo homem que desbrava a natureza selvagem do oeste. As exigências práticas e o dinamismo constante se sobrepõem às necessidades do “cultivo do espírito” ligadas ao pensamento intelectual e à erudição:

[...] the fundamental traits of the man of the interior were due to the free lands of the West. These turned his attention to the great task of subduing them to the purposes of civilization, and to the task of advancing his social and economic status in the new democracy which he was helping to create. Art, literature, refinement, scientific administration, all had to give way to this Titanic labor. Energy, incessant activity became the lot of this new American [...]. But free

lands and the consciousness of working out their social destiny did more than turn the Westerner to material interests and devote him to a restless existence. They promoted equality among the Western settlers, and reacted as a check on the aristocratic influences of the East. Where everybody could have a farm [...] economic equality easily resulted, and this involved political equality [grifo meu].⁴²

A figura do homem do oeste como representativo de um real espírito democrático-igualitário tem implicações políticas profundas e duradouras na sociedade americana. A presidência de Andrew Jackson em meados do século XIX é considerada o grande marco deste espírito.

Jackson fora um representante perfeito do *self made man* do Oeste, daquele homem natural que é moldado pelo contato com a natureza, forte, viril, temperamental e livre. Jackson foi considerado o primeiro presidente a romper com a tradição de presidentes estadistas eminentes da costa leste e das grandes famílias aristocráticas de latifundiários, como Thomas Jefferson. Turner o descreve de maneira romântica e enfatiza sua importância como grande representante do Oeste – como maneira de ser – que chega, finalmente, à liderança da Nação:

*Of this frontier democracy which now took possession of the nation, Andrew Jackson was the very personification [...]. At last **the frontier in the person of its typical man had found a place in the Government.** This six-foot backwoodsman, with blue eyes that could blaze on occasion, this choleric, impetuous, self-willed Scotch-Irish leader of men, this expert dualist, and ready fighter; this embodiment of the tenacious, vehement, personal West was in politics to stay. [...]. **It was because Andrew Jackson personified these***



MELISSA DE MELLO E SOUZA

*essential Western traits that in his presidency he became the idol and mouthpiece of the popular will. [...] The triumph of Andrew Jackson marked the end of the old era of trained statesman for the presidency. With him began the era of the popular hero [grifos meus].*⁴³

Assim, o *frontierman* de Turner passa a representar um tipo americano genérico, um herói popular, que passa da experiência territorial da conquista da natureza para outras esferas da vida americana. A política é apenas uma delas. Os mesmos atributos de Andrew Jackson serão refletidos nos grandes capitães de indústria do final do século XIX:

*For the old military type of Western leaders like [...] Andrew Jackson [...] have been substituted such industrial leaders as [...] John D. Rockefeller and Andrew Carnegie [...]. Long after the frontier period of a particular region has [...] passed away, the conception of society [...] which it produced, persists in the minds of the people [...]. If [...] we ourselves were not pioneers, our fathers were, and [...] the fundamental assumptions of the American people, have all been shaped by this experience of democracy on its westward march [...]. Even those masters of industry resources [...] still profess [these principles] [...]. In his *Triumphant Democracy* [1886], Andrew Carnegie...said in reference to the mineral wealth of the United States: 'Thank God [these resources] are in the hands of an intelligent people, the Democracy, to be used for the general good of the masses, and not [used] by monarchs [...] and aristocracy [...] [for the selfish ends] of a privileged hereditary class.'*⁴⁴

Neste sentido, há uma ponte entre passado e futuro. Os valores do “homem natural” que conquistou o território físico passam agora para



um plano do imaginário que guia o futuro: os políticos, os capitães de indústria. Preservam-se os valores ligados ao mérito, ao esforço pessoal e à democracia igualitária. Persiste o repúdio à aristocracia, mesmo entre os fundadores do que viriam a ser as “dinastias aristocráticas” americanas (sendo os Rockefeller uma das primeiras e mais controvertidas).

De fato, uma ligação com a sociedade como um todo e o comprometimento com princípios democráticos irão caracterizar a atitude das “grandes famílias”. Isso se reflete de diversas maneiras: na filantropia dos Rockefeller, fundadores de museus, universidades, institutos de pesquisa técnico-científica e centros de arte e cultura; na proposta de um carro para o “homem comum”, o *Model T* do primeiro empresário do automóvel, Henry Ford; no *New Deal*, vasto programa de reformas sociais e econômicas posto em prática por Franklin Roosevelt, representante de uma das famílias mais ricas, tradicionais e poderosas de Nova York. A simbiose entre as elites políticas e econômicas e as bases da sociedade num projeto comum, a América, a eterna busca do progresso e da melhoria de vida, são heranças da experiência da fronteira (segundo Turner). Tudo isto forma a bússola da sociedade americana em direção ao Oeste imaginário – que nunca pára, que é incessante.





3. ASPECTOS E IMPORTÂNCIA DA OBRA DE OLIVEIRA LIMA







3. ASPECTOS E IMPORTÂNCIA DA OBRA DE OLIVEIRA LIMA

3.1 Marcos de uma obra farta e multifacetada: a visão “transatlântica” do Brasil, a importância do Estado e a conexão entre a Europa e América

Dom João VI veio criar e realmente fundou na América um império, pois merece bem assim ser classificado [...]. [Deu] foros de nacionalidade a uma imensa colônia amorfa, para que o filho, porém, lhe desfrutasse a obra. Ele próprio regressava menos rei do que chegara, porquanto sua autoridade era agora contrariada sem pejo. Deixava contudo o Brasil maior do que o encontrara.⁴⁵

Este pequeno parágrafo contém o tema central do que é hoje considerado um grande clássico da historiografia brasileira, *Dom João VI no Brasil*, do historiador e diplomata Manoel de Oliveira Lima. A idéia de que o Estado-Monarquia de Dom João VI fundou a nacionalidade brasileira, elevando o Brasil de mera colônia ao *status* de uma Nação, é sustentada numa obra exuberante, altamente complexa e minuciosa, de quase 700 páginas. O historiador Wilson Martins, no prefácio da mais recente edição da obra (editora *Topbooks*, 1996), confessa que nada tem a acrescentar aos elogios já feitos por dois outros consagrados historiadores brasileiros: Tarquínio de Souza (*autor de História dos fundadores do Império no Brasil*), que afirmou ser *D. João VI* “um dos maiores livros de nossa historiografia”, e Gilberto Freyre, que defendeu o livro como “uma das obras mais importantes, de qualquer gênero, jamais produzidas no Brasil”.⁴⁶



A visão ampla, panorâmica e multidisciplinar é um marco central da obra de Oliveira Lima como um todo. Essas características são especialmente ressaltadas em *D. João VI no Brasil*. Basta ler o sumário do livro para observar que não se trata de uma obra que pretende apenas narrar fatos históricos: é um trabalho que incorpora à historiografia perspectivas políticas, sociológicas, antropológicas e até geográficas. Oliveira Lima narra a vinda e o estabelecimento da corte de D. João VI no Brasil referindo-os aos impasses do contexto histórico-político da Europa na época. Descreve detalhadamente o processo de povoamento e as características das diversas regiões brasileiras no período anterior à chegada da corte. Narra o esforço político, diplomático e cultural para estabelecer uma nova matriz institucional na colônia que lhe conferisse um “ar de nação”.

O capítulo “Emancipação intelectual” mostra a formação de uma *intelligentsia* de consciência verdadeiramente nacional. Outros como “O espetáculo das ruas” e “As solenidades da corte” revelam os novos costumes que foram surgindo da interação entre as tradições européias e elementos da cultura local. Ainda outros capítulos, como “As intrigas platinas”, “O imperialismo e a situação militar” e “A diplomacia de Palmela”, são exemplos de história diplomática. Trata-se, por conseguinte, de uma visão pluralista e abrangente.

Esta é a tônica não só de *D. João VI*, o trabalho mais conhecido de Oliveira Lima, mas também de toda sua obra. São dezenas de trabalhos enfocando política, cultura, relações internacionais, literatura e história, no Brasil e no mundo. Os títulos das obras refletem esta pluralidade: *Aspectos da literatura colonial brasileira (1896)*; *Coisas diplomáticas (1908)*; *Impressões da América Espanhola (1904-1906)*; *O movimento da Independência (Topbooks, 1996)*; *A Nova*

Lusitânia: História da colonização portuguesa no Brasil (1924), Pan-Americanismo (1907); Pernambuco: seu desenvolvimento histórico; Sept Ans de République au Brésil (1889), entre vários outros. Acrescentam-se a esta lista, múltiplos artigos publicados em revistas, entre as quais a da Academia Brasileira de Letras e as dos Institutos Histórico-Geográficos brasileiros, paulista e pernambucano, além da *La revue parisiense*. Há também suas *Memórias* e dezenas de cartas de correspondência com intelectuais, entre eles, Gilberto Freyre, Joaquim Nabuco, Graça Aranha e Machado de Assis.

Boa parte dessas obras encontra-se fora do Brasil, na Grã-Bretanha e principalmente em Washington D.C., onde o historiador-diplomata morreu voluntariamente exilado. Nesta cidade está talvez o mais rico acervo do escritor no mundo, localizado na *Oliveira Lima Library da Catholic University of América*.

A formação de Oliveira Lima na Europa e sua subsequente carreira diplomática em vários países como a Inglaterra, os Estados Unidos e o Japão, levaram-no a passar a maior parte de sua vida fora do Brasil. A longa estadia no exterior, longe do centro da *intelligentsia* brasileira e de seu círculo de influências, o colocou numa posição de isolamento em relação a algumas questões importantes, como os problemas políticos do interior. Gilberto Freyre (conhecido 49 íntimo de Oliveira Lima) sugere na sua biografia altamente laudatória, *Oliveira Lima, Dom Quixote gordo*, que o afastamento de Oliveira Lima de sua terra natal seria responsável pelo seu pouco reconhecimento no Brasil. Escreve Freyre:

O que mais ocorreu com o relativo desprestígio de Oliveira Lima na sua própria terra foi, evidentemente, a sua muita ausência do Brasil; o fato de muito ter vivido, por força de se sua atividade de diplomata, além-mar; a sua muita permanência tanto na Europa



como nos Estados Unidos. Aconteceu o que era de esperar que acontecesse: perdeu aqueles contatos profundos com a terra natal que o brasileiro, para mantê-los precisa de dar [...] com alguma constância, as costas ao mar e até sertanizar-se [...]. E o Brasil, a despeito de sua imensa costa atlântica, parece não perdoar quem se torne demasiadamente transoceânico.⁴⁷

No entanto, foi exatamente esse distanciamento do Brasil que conferiu à obra de Oliveira Lima sua riqueza e características peculiares, dando-lhe relevância atual para os estudiosos das Ciências Sociais. A estadia “além-mar” do historiador-diplomata possibilitou uma visão do Brasil em perspectiva, favorecendo uma análise panorâmica e comparativa dos diversos aspectos da sociedade brasileira com relação a outras sociedades. Oliveira Lima insere seus estudos sobre o Brasil num contexto global, relacionando o desenvolvimento e os atributos do país tanto no que se refere ao resto da América Latina quanto às grandes potências do hemisfério norte, principalmente Grã-Bretanha e Estados Unidos. Como diz o próprio Gilberto Freyre:

Ao pernambucano-cosmopolita Oliveira Lima, a visão que animou sua obra inteira de historiador-sociólogo, foi esta: a do Brasil visto em sua projeção atlântica e até transatlântica; em sua vastidão continental; em suas relações com as outras duas Américas; e não apenas considerado em sua realidade telúrica de conjunto de Brasis em profundidade, um deles Pernambuco.⁴⁸

É uma análise sob perspectiva das relações internacionais, advinda de sua experiência diplomática.

Outra característica de sua obra influenciada por sua vida profissional é a ênfase no papel do Estado como principal ator nos



planos global, político-institucional e sócio-cultural. Como diplomata, Oliveira Lima foi de certa forma condicionado a enxergar o mundo do ponto de vista da atuação política dos Estados. Daí sua proposta (que é o principal enfoque desta dissertação) de que a construção da nacionalidade brasileira foi obra do Estado-Monarquia, iniciada com D. João VI.

Em recente biografia do autor, *Oliveira Lima e a Construção da Nacionalidade*, Teresa Malatian ressalta esta ligação entre o Estado e a Nação, referindo-se a outro texto do Oliveira Lima, *História diplomática do Brasil: O Reconhecimento do Império*. Escrevendo sobre o processo de independência do Brasil, Malatian cita diretamente da obra:

A interpretação da emergência da nova nação [Brasil] e do reconhecimento de sua independência por Portugal e pelas nações européias, elaborada pelo autor nessa obra, partiu do conceito de independência como ‘consagração da vontade nacional’, que teria resultado da ação de um príncipe, de estadistas, ‘homens cultos’, enfim, de um pequeno número de grandes personagens. Seria o momento em que a nação [...] teria adquirido ‘a consciência de haver atingido a sua virilidade’. A formação do Estado brasileiro se confunde com a nação, para adquirir plenitude com o reconhecimento da nova soberania e sua ‘admissão no areópago político do mundo civilizado da nova nação americana’.⁴⁹

Mais adiante, ressalta:

Percebe-se naquelas obras escritas entre 1900 e 1901 que mesmo com a abertura da análise para a psicologia de personagens-símbolo, tal história privilegiava o Estado como ator das relações



internacionais a partir do pressuposto que o homem, naturalmente levado a lutar com seus semelhantes pela obtenção de bens naturais, dele necessita para estabelecer a ordem social e, como governante autorizado, promover as relações exteriores [...]. Esta interpretação da história [...] consagrou o Estado como sujeito privilegiado [...] e originou interpretações isoladas do contexto.⁵⁰

3.2 Um construtor de pontes entre velhos e novos mundos

Finalmente, a experiência diplomática de Oliveira Lima motivou-o a estabelecer conexões, ou pontes, entre diversos mundos. Assim, através de sua obra e de suas atividades, o historiador ligou o novo mundo das Américas ao velho mundo da Europa, a tradição à inovação, a civilização à natureza, o passado ao futuro. Isto é refletido nas suas atividades de diplomata e no seu empenho em praticar uma forma de diplomacia cultural, que procurasse não só divulgar o Brasil para o mundo, mas revelar o mundo ao Brasil.

“Um incansável divulgador da história e da cultura do Brasil no estrangeiro” é o que diz o jornalista Barbosa Lima Sobrinho⁵¹. Por onde passou, Oliveira Lima tirou máximo proveito de sua posição de diplomata para trabalhar intensamente na missão de revelar o Brasil de uma forma multifacetada: cultural, geográfica, política e social.

Uma das preocupações centrais do historiador-diplomata era de ressaltar dois aspectos do Brasil: por um lado o que dava à Nação o caráter de originalidade e, por outro, o aspecto de continuidade em relação às tradições européias. Assim, o Brasil seria apresentado não só como “potência natural” (isto é, uma Nação conhecida pela exuberância e o exotismo de sua natureza, visão preponderante na Europa da época), mas também como um integrante do mundo

“civilizado”. Neste sentido, Oliveira Lima celebrou as instituições, a *intelligentsia* e as artes brasileiras, defendendo a Monarquia no Brasil como marco principal de um “processo civilizador”. Como afirma José Veríssimo no prefácio à *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*, coletânea de conferências de Oliveira Lima:

A reputação do país [na Europa], ainda meio colonial, de uma bela natureza selvagem e de imensas riquezas inexploradas, de primeiro produtor de café e borracha, o Sr. Oliveira Lima juntou – sem desprezar nada dos aspectos econômicos, que sabe proclamar e fazer sobressair quando é oportuno – as qualificações de país, onde crescem e desabrocham a cultura européia e a civilização ocidental.⁵²

Suas atividades neste sentido divulgador foram múltiplas: conferências e participações em congressos, universidades e câmaras de comércio; numerosas publicações em jornais, revistas, livros, brochuras.

Os exemplos são significativos. Em Viena, conseguiu dois feitos: primeiro, que o Português fosse pela primeira vez uma das línguas faladas num congresso científico e; segundo, que o compositor barroco brasileiro padre José Maurício fosse ouvido, ao lado de grandes compositores austríacos como Haydn e Mozart, num congresso de música clássica. Na Bélgica, fez com que fossem criadas cadeiras de língua portuguesa nas universidades. E acrescenta José Veríssimo:

Fez que fosse apreciada, na mais divulgada talvez das revistas francesas, a obra literária do Brasil contemporâneo. Atraiu a atenção dos capitalistas europeus para as riquezas do nosso país, da mesma maneira que despertou o interesse das classes



cultivadas da Europa pelas manifestações de nossa civilização. Favoreceu o acréscimo de nossas relações comerciais ao encorajar a criação de Câmaras de Comércio, destinadas a desenvolver nossas trocas no estrangeiro.⁵³

Na Sorbonne, além de organizar uma solenidade em memória a Machado de Assis, foi o primeiro diplomata estrangeiro a ocupar uma cadeira no instituto de ciência e das letras francesas. Como integrante do Instituto, proferiu uma série de palestras sobre a “Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira”. Como resultado das conferências, foi apresentado ao Conselho Municipal de Paris um projeto para criar uma cadeira em estudos latino-americanos na Sorbonne. As palestras foram reunidas num livro, *Formation Historique de la Nationalité Bresilienne*, publicado em 1911, com a primeira edição brasileira em 1944.⁵⁴

Mais uma vez, é José Veríssimo quem ressalta a dupla conexão estabelecida por Oliveira Lima, entre Brasil e França, entre as Américas e a Europa:

Os franceses, e os europeus familiarizados com língua francesa, encontrarão neste livro, em grossos traços, é verdade, mas firmes e nítidos, a narração exata dos acontecimentos de uma nação americana, que se atém à honra de **não** deixar perder-se [...] entre suas gentes a herança da civilização européia; de uma nação cuja existência não tem sido [...] inteiramente desprovida de glória [...] [grifo meu].⁵⁵

Outro resultado desta série de conferências foi o convite para dar uma outra série de palestras sobre o Brasil e a América do Sul, desta vez nos Estados Unidos. A viagem começou com a ida para a

Universidade de Standford, onde no outono de 1912 proferiu seis palestras comparando o desenvolvimento do Brasil, América Latina e Estados Unidos. As palestras também foram reunidas num livro, *The Evolution of Brazil compared with that of Spanish and Anglo-Saxon America*, publicadas pela própria Universidade, em 1914.

Nessas conferências, Oliveira Lima aplica sua fórmula multidisciplinar e analítica. Destaca alguns tópicos centrais para estabelecer a comparação: questões como escravidão/abolição e raça, os movimentos de independência, instituições políticas, educação e cultura. O historiador-diplomata faz amplo uso de sua vastíssima bagagem cultural e de seu trânsito por várias esferas de conhecimento. Analisa movimentos sociais e literários, personalidades políticas e sistemas de governo. Estabelece a conexão entre todos esses elementos e as condições históricas específicas que levaram às suas diferentes configurações no Brasil, no resto da América Latina e nos Estados Unidos.⁵⁶

Além de divulgador do Brasil e da América Latina para o mundo, fez questão de registrar, para acesso aos brasileiros, suas impressões das diversas culturas por onde passou. De suas passagens pelo Japão, Argentina e Estados Unidos resultaram, respectivamente, *No Japão, Na Argentina, Nos Estados Unidos*. Suas Impressões sobre a *América Espanhola* revelam suas idéias sobre o Continente no qual se insere o Brasil. Suas “Cartas de Stockolmo”, que foram publicadas no jornal *O Estado de São Paulo*, foram “a primeira revelação sobre aquele país que o brasileiro teve da nova Suécia, então no começo do seu desenvolvimento numa sociedade talvez demasiadamente ordenada, planejada quanto ao seu futuro, para satisfazer o pendor do homem para a aventura e até para o risco”, como o diz Gilberto Freyre.⁵⁷



3.3 Um estado fundador de identidade nacional: D. João VI e a “formação da nacionalidade brasileira”

Todos esses aspectos da obra de Oliveira Lima estão presentes na sua proposta de construção da nacionalidade, ou da identidade nacional brasileira.

Em primeiro lugar está sua preocupação com a continuidade das tradições européias. Ao contrário de Jackson Turner, que visava uma ruptura com o Velho Continente no que concernia à formação de uma identidade especificamente americana, Oliveira Lima mantinha a idéia de um sincretismo cultural que unisse a herança da Europa, principalmente com relação ao efeito “civilizador” – no sentido das instituições e do conhecimento artístico e intelectual humano – com os elementos locais, exclusivos ao solo brasileiro – a natureza e as raças indígena e negra.

Neste sentido, o Estado-Monarquia agiria de maneira a tecer esses diversos elementos culturais, centralizando o poder em torno de um símbolo de união nacional na figura do imperador e criando uma matriz institucional de cunho nacional. Como se verá mais adiante, é através desta matriz – bibliotecas, teatros, institutos de arte, música e pesquisa científica, escolas e instituições de ensino superior etc. – que se manifestaria um “espírito nacional”. O Brasil original da natureza exuberante e das múltiplas raças será estudado, pintado, relatado, cantado, enfim, celebrado e – por que não? – inventado pelos artistas e intelectuais agindo pela mão condutora e benévola do estadista-imperador. Acrescentam-se aos feitos artísticos e culturais importantes ações econômicas, como a criação de bancos, a abertura de estradas ligando o continente e a abertura dos portos. Enfim, é o Estado-Monarquia como fundador de uma



nova nacionalidade que resulta na “emancipação intelectual” do Brasil e sua elevação de mera colônia ao *status* de Nação. Trata-se também da conciliação entre o impulso modernizador e valores tradicionais.

Mais uma vez, é Gilberto Freyre quem faz apologia eloquente desta idéia:

Dom João VI foi uma das personalidades que mais influíram sobre a formação nacional. Muito se fala do conflito entre instituições tradicionais e inovações tecnológicas [...]. [A ação de Dom João VI] foi a de um mediador ideal [...] entre a tradição – que encarnou – e a inovação – que acolheu e promoveu – naquele período decisivo para o futuro brasileiro [...] o exemplo que nos deixaram [...] para os dias atuais: o de ser possível conciliar inovação com tradição... Muitas foram as inovações tecnológicas, de caráter principalmente econômico, introduzidas no Brasil, algumas delas de ímpeto revolucionário. Mas, 55 conservando-se das instituições tradicionais – da religião católica e da Monarquia, principalmente – formas, símbolos, ritos, valores [...] que preservassem no Brasil [...] quase nacional, características de sociedade nacional, ciosa de suas peculiaridades.⁵⁸

3.4 A apologia do Estado-Monarquia: nostalgia e heróis portugueses

O tom laudatório de Gilberto Freyre é um espelho do mesmo entusiasmo romantizado de Oliveira Lima na sua apologia da Monarquia luso-brasileira como fundadora de uma nacionalidade. É preciso entender esta argumentação num contexto histórico específico.



Assim como Jackson Turner, Oliveira Lima escrevia num momento crucial de transição na história de seu país: a virada do século XIX para o século XX. A Monarquia acabava de ser dissolvida, cedendo espaço à República. A abolição da escravatura deixava emancipada uma massa de escravos impotentes e despreparados para integrar a sociedade. É o momento em que se questiona a permanência do legado do Estado-Monarquia de D. João VI e dos dois imperadores do Brasil independente, D. Pedro I e D. Pedro II. Esses haviam estabelecido a centralização política e administrativa, mantido a integridade territorial e a estabilidade social e um clima de tolerância e incentivo às atividades artísticas e intelectuais. Na passagem para a República, líderes militares tomam o lugar dos monarcas. São homens simples e um tanto rudes, de tendência autoritária, que se alinham aos interesses dos latifundiários e favorecem a fragmentação política e a descentralização do aparato administrativo do Estado.

A dicotomia entre Monarquia e República, refletida nesta transição política, é também um espelho do conflito intelectual que se travava no Brasil entre monarquistas e republicanos. Em sua imensa maioria, os intelectuais influentes brasileiros, entre eles Euclides da Cunha e Capistrano de Abreu, eram republicanos e tinham lutado pela proclamação da República. Seus argumentos, fortemente influenciados pelas idéias que inspiraram as revoluções francesa e americana, se baseavam na noção de que a Monarquia representava o atraso. Mantinha valores e instituições feudais, alinhando-se a interesses que defendiam a permanência da escravidão.

Em contraposição aos intelectuais republicanos, estava um grupo de pensadores monarquistas, entre os quais estavam os conhecidos Joaquim Nabuco, Eduardo Prado e o Visconde de Ouro Preto, que se preocupavam com o cenário que se configurava na nova



República: uma situação de autoritarismo e intolerância, de instabilidade e de ruptura com os valores intelectuais e estéticos da tradição européia representada pela Monarquia.

A este grupo se aliou Oliveira Lima, e não é à toa que seu *D. João VI no Brasil* começou como uma monografia em concurso promovido pelo próprio Visconde de Ouro Preto, no Instituto Histórico-Geográfico Brasileiro, em 1903. O concurso foi estabelecido para comemorar o centenário da abertura dos portos e teve o objetivo claro de uma revisão historiográfica e a restituição da imagem e dos feitos de D. João VI como “fundador da nacionalidade brasileira”. Teresa Malatian, ao descrever o concurso e as motivações do Visconde, afirma:

Pode se localizar no procedimento [concurso] uma das estratégias da propaganda monarquista, inclusive porque Ouro Preto havia escrito em *A Década Republicana* um estudo sobre a Armada [...] que ressaltava a atuação de D. João VI. A proposta por ele apresentada ao IHGB estabeleceu os parâmetros dessa revisão historiográfica centrada na exaltação da unidade nacional do Brasil independente e na interpretação da transferência da corte, como antigo projeto que resultou na fundação do Império. Percebe-se assim uma vinculação do concurso...à corrente monarquista que se acantonava no Instituto e insistia em cultuar personagens relacionadas ao regime substituído pela República, com isso contribuindo para a persistência de teses monarquistas na historiografia.⁵⁹

Assim, a obra de Oliveira Lima assume um tom ideológico e nostálgico. Como se verá no decorrer deste trabalho, seu conceito de Estado-Monarquia, não só o de D. João VI, mas o último imperador, D. Pedro II, é descrito de forma épica, numa linguagem romântica que une a todo o esforço científico da obra – a pesquisa



profunda e detalhada das fontes de documentos, a inclusão de abordagens multidisciplinares – à *poésis*, o elemento de criação e imaginação do historiador. Neste sentido, retoma elementos da tradicional história grega, não só no que diz respeito à *poésis*, mas também na idéia de exemplo: a história *magistra vitae*. Para Malatian, Oliveira Lima “elaborou uma história que oferecia à classe dominante um Brasil viável, com heróis portugueses capazes de expressar confiança no futuro e rechaçar a fragmentação política que o próprio federalismo colocara em cena com a República”.⁶⁰

O elogio máximo à obra, que será explorada nas próximas sessões, vem do amigo e admirador Gilberto Freyre:

Oliveira Lima, por sua maior capacidade de concentração em trabalho sistemático e específico, e por seu relativo poder de expressão literária, produziu obra prima. Afirmou-se, nessa obra e nas ancilares que escreveu, historiador, para o Brasil, máximo; e digno de ser situado entre os máximos historiadores americanos de sua época [...] O levantamento sistemático, por Oliveira Lima, de material de interesse para o Brasil... mostra quanto havia nele de historiador científico à base de historiador literário [...]. [Sua formação] não o levou a sacrificar o critério científico do investigador ao poético, do evocador. Combinou-os nas suas melhores páginas. E quem ignora ser esta a combinação ideal?⁶¹



4. ANÁLISE DA OBRA DE OLIVEIRA LIMA





4. ANÁLISE DA OBRA DE OLIVEIRA LIMA

4.1 A RESPOSTA A NABUCO: TRAZER O “MUNDO” PARA A “SOLIDÃO AMERICANA”

Em *Minha Formação*, o também historiador-diplomata Joaquim Nabuco escreve:

Nós, brasileiros – o mesmo pode-se dizer dos outros povos americanos – pertencemos à América pelo sedimento novo, flutuante, do nosso espírito, e à Europa, por suas camadas estratificadas. Desde que temos a menor cultura, começa o domínio destas sobre aquela. A nossa imaginação não pode deixar de ser européia... humana [...]. Estamos assim condenados à mais terrível das instabilidades [...]. A instabilidade a que me refiro provém de que na América falta à paisagem, à vida, ao horizonte [...] a tudo que nos cerca, o fundo histórico, a perspectiva humana; e que na Europa nos falta a pátria [...]. De um lado do mar sente-se a ausência do mundo; do outro, a ausência do país. O espírito humano [...] está do outro lado do Atlântico [...] o Novo Mundo para tudo que é imaginação estética ou histórica é uma verdadeira solidão.⁶²

Nabuco foi um marco da *intelligentsia* brasileira no século XIX e teve forte influência sobre Oliveira Lima. Ambos passaram boa parte de suas vidas na Europa e foram profundamente marcados pela presença dos valores monárquicos. Ao contrário de seus colegas, republicanos não só por simpatia, mas por militância, Nabuco foi



sempre, desde moço, um adepto da Monarquia. De corpo e de espírito pertenceu ao Velho Continente. “O que me impediu de ser republicano na mocidade, foi muito provavelmente o ter sido sensível à impressão aristocrática da vida”.⁶³

A “impressão aristocrática da vida” exemplificada pelas monarquias européias é analisada por Herbert Spencer e Walter Bagehot, pensadores com profunda influência sobre Nabuco. Em *Minha Formação*, escreve: A pompa, a majestade, o aparato todo da realeza entrava assim para mim nos artificios necessários para governar e satisfazer a imaginação das massas, qualquer que seja a cultura da sociedade; a realeza passava naturalmente para as classes das instituições a que Herbert Spencer chamou “cerimoniais”⁶⁴, e, citando Spencer, “Enquanto a espécie humana tiver muito coração e pouca razão, a realeza será um governo forte, porque se harmoniza com os sentimentos espalhados por toda parte, e a república um governo fraco, porque se dirige à razão”.⁶⁵

As reflexões de Nabuco têm profundo impacto sobre Oliveira Lima na construção de sua teoria de identidade nacional para o Brasil. Em primeiro lugar está uma provocação, implícita no parágrafo de Nabuco no início do capítulo: como criar um sentimento de nacionalidade nesta “solidão americana”, desprovida de memória e tradição, onde existe uma “ausência de mundo”? Como eliminar o abismo cultural e histórico, simbolicamente representado pelo oceano que divide o Velho do Novo Continente? Não é possível eliminá-lo. O possível é encontrar um espaço sócio-cultural válido em nosso lado do “abismo”. Vamos ver que a resolução dessas contradições é chave para Oliveira Lima ao propor suas idéias para a construção da nacionalidade nas suas obras clássicas, *Dom João VI no Brasil e Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*.



Oliveira Lima vai buscar responder ao problema da dicotomia América/Europa anunciada por Nabuco, atribuindo um papel fundamental à vinda da instituição da Monarquia para o Brasil. Propõe uma espécie de “terceira via” entre solidão e história. Trata-se de uma solução sincrética: a Monarquia lusitana, começando com a chegada de D. João VI ao Brasil em 1808, traz para o Novo Continente toda a tradição, as instituições, a arte, beleza, ciência, enfim, a “civilização” da Europa para as paisagens solitárias do Brasil. A fusão entre civilização e natureza, e não sua separação (à qual Nabuco parece estar rendido), preencherá a “solidão americana”, trará o “mundo” para o Brasil, criando assim uma nova cultura, um novo sentido de nacionalidade baseado na soma do tradicional ao novo, das instituições à natureza, do *saber* aos *sentimentos*.

Para exemplificar de forma clara esta proposta de identidade nacional de Oliveira Lima, algumas passagens *de D. João VI no Brasil* merecem destaque:

Que dizer das extensões enormes sobre que imperava o cetro português cuja projeção para os lados do Ocidente só na formidável cordilheira andina parecia querer esbarrar, em sua marcha avassaladora de regiões ferrazes e bravias? Ao abrir-se oficialmente ao mundo, em 1808, achava-se o Brasil em grande parte *percorrido*, pode mesmo dizer-se até certo ponto explorado, mas quase nada *estudado*. Os bandeirantes paulistas queriam arrecadar índios e ouro: não se interessavam pela zoologia nem pela botânica... Explorações de caráter científico não as havia sistematicamente organizadas... A colônia foi portanto para os sábios europeus um verdadeiro *mundus novus*, que eles se cometeram a *investigar*.⁶⁶



Nessa passagem está uma das idéias centrais de Oliveira Lima: a noção do sincretismo Europa-América. A paisagem anterior à vinda da “civilização” representada pela Monarquia é primitiva, desconhecida do intelecto, do saber e da manipulação “consciente” humana. Trata-se de uma terra “percorrida” mas não “estudada”, “investigada”. O “estudo” do Brasil, que criará uma imagem unificada de Nação, se tornará possível através dos “marcos da civilização”: as novas instituições criadas pela Monarquia. Assim, o ato de “pensar o Brasil” será canalizado e sistematizado pela “escola” européia, dando forma e disciplina à simples reflexão.

O contraste é forte e claro com a proposta de identidade nacional de Jackson Turner nos Estados Unidos. Para Turner, o sentido de nacionalidade surgia justamente da terra “percorrida” de leste a oeste. O domínio “físico” da natureza é central na tese de Turner. Não há espaço para o pensamento nem para a investigação, mas para a ação humana representada pela exploração da natureza que se desdobra nos diversos modos de produção da evolução capitalista.⁶⁷

Em Turner, a fronteira entre o *wilderness* e a “civilização” se dá entre o que é tocado, explorado, manipulado pela ação humana para fins econômicos e o que não o é. Para Oliveira Lima, essa fronteira é caracterizada pela divisão entre o que foi trabalhado pelo intelecto artístico e científico e o que não foi. Em outras palavras, para sentir o Brasil como uma Nação, era preciso pensá-lo, imaginá-lo, criá-lo, e não simplesmente explorá-lo (que foi o caso no Brasil colônia).

Os empreendimentos intelectuais que iriam “criar” o Brasil teriam de ser orientados e canalizados por instituições especiais – artísticas, educacionais e científicas – implantadas pela Monarquia. Pelos



caminhos das artes e das ciências, seria possível desenvolver uma imagem da “unidade” Brasil.

4.2 A MONARQUIA TRAZ O “MUNDO”

A análise do papel da Monarquia no Brasil se desdobra em etapas: o contexto histórico e político que levou a Casa Real portuguesa a vir ao Brasil; a forma como D. João VI se tornou, embora príncipe português, “fundador da nacionalidade brasileira” com ênfase nos elementos políticos, institucionais, diplomáticos e intelectuais que marcaram seu reinado; a abertura do Brasil para o mundo, ao mesmo tempo em que supera sua condição de colônia transformando-se em reino; a continuidade desses elementos após a Independência e, sobretudo, durante o reinado de D. Pedro II.

4.2.1 *Circunstâncias históricas da vinda de D. João VI para o Brasil*

Em primeiro lugar, é importante ressaltar o contexto histórico e político que conduziu a vinda da Corte Portuguesa para o Brasil. Oliveira Lima frisa que, longe de ser o mestre de seu próprio destino, D. João veio “fugido” das “perturbações políticas e transformações sociais” que afetavam o resto da Europa e cujo epicentro estava em Paris.⁶⁸ Isto enfatiza uma das características centrais da obra de Oliveira Lima: o olhar panorâmico e global do diplomata que enxerga os eventos no âmbito das relações internacionais e do concerto das nações.

De fato, a “fuga” de D. João VI foi considerada por muitos historiadores brasileiros e portugueses como algo humilhante, até risível, representativa da impotência do rei e do grau de manipulação a que foi submetido por outras potências como a França e a Grã-Bretanha. Não



obstante, Oliveira Lima faz questão de ressaltar que não só a Casa Real Portuguesa, mas muitas outras realezas européias estavam sendo afetadas pelo embate entre as potências francesa e britânica:

De fato, se lançarmos os olhos para a Europa de 1807, veremos um extraordinário espetáculo: o rei da Espanha mendigando em solo francês a proteção de Napoleão; o rei da Prússia foragido da sua capital ocupada por soldados franceses; [...] o quase rei da Holanda, refugiado em Londres; o rei das Duas Sicílias exilado de sua linda Nápoles; as dinastias da Toscana e Parma, errantes [...] o czar [...] jurando amizades para se segurar em São Petesburgo; a Escandinávia prestes a implorar um herdeiro dentre os marechais de Bonaparte [...].⁶⁹

De fato, a vinda da corte de D. João VI para o Brasil cumpriu, na visão de Oliveira Lima, um importante papel político e diplomático. Preservou a Casa Real portuguesa do esmagamento pelos exércitos napoleônicos e manteve suas possessões territoriais intactas. Destarte, D. João ganhou tempo, esperando que sua aliada, a Inglaterra, eventualmente derrotasse Napoleão e possibilitasse seu retorno ao trono português. Em *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*, Oliveira Lima narra essas condições estratégicas:

Foi afinal no Brasil que o rei D. João VI buscou refúgio e fundou seu governo [...] quando Napoleão [...] declarara decaída de sua realeza a casa de Bragança... O soberano procedeu de acordo [com a prudência], desde o momento que [não podia] se opor à invasão, mas de conformidade também com os conselhos de uma política atilada, desde que escapou, único entre as cabeças coroadas da Europa, ao tratamento humilhante que o imperador reservava para as velhas dinastias [...]. Além disso, manteve



intacta a autonomia e a integridade de seus domínios, razão de ser de sua realeza [...]. [Seus súditos europeus] o acusam, sem razão, de haver covardemente abandonado [Portugal] [...]. Não o abandonou de maneira nenhuma. O que fez foi confiar a defesa à única nação [capaz] de se encarregar disso [...] à Inglaterra [...]. Os soldados portugueses, aliados às tropas de Lord Wellington, cobriram-se de glória [em Portugal] [...] e [o país] escapou do perigo de se tornar um apanágio a mais dos napoleônidas [...]. A coroa de Afonso Henriques foi uma das raras com que Napoleão não pôde cingir a frente de protetor da Europa, uma vez delas desaposado os legítimos detentores [...].⁷⁰

Oliveira Lima enquadra sua análise da formação da nacionalidade brasileira pela Monarquia neste esquema de interligação de sociedades. Os eventos nunca podem ser vistos isoladamente, mas sempre contextualizados e interconectados. Além disso, há também a questão da perspectiva comparada, um marco original da obra de Oliveira Lima (cf. capítulo 3 desta dissertação). A comparação da situação de Portugal *vis-à-vis* as outras sociedades européias está implícita nas passagens acima, e o papel da Coroa Portuguesa no Brasil será sempre visto estrategicamente, sobretudo em comparação com o restante da América Latina.

Neste sentido, também há uma diferença fundamental em relação à proposta de Turner. O historiador americano se preocupa quase que exclusivamente com o que germina do solo da América do Norte. Ausentes de sua análise estão questões estratégicas no que se refere a outras nações que não sejam os Estados Unidos. Pelo contrário, como sua visão da formação da identidade nacional americana se baseia na ruptura cultural com o Velho Continente, o enfoque de Turner tende a ser insular, sem se prender às turbulências e às correntes que afetam o resto do mundo.



Por outro lado, Turner dá ênfase às bases da sociedade, ao esforço de homens comuns na sua relação com o meio ambiente e à maneira como isso constrói um sentido de nacionalidade. Estados não são as peças principais de Turner, como o são para Oliveira Lima. A preocupação do americano reside nas relações entre homens num mesmo espaço geográfico, ao passo que para Oliveira Lima o importante são as relações entre estados num concerto global.⁷¹

4.2.2 O refúgio do patriarca: a natureza idílica, “percorrida” e “estudada”

A segunda parte da análise de Oliveira Lima se concentra na chegada da Monarquia lusitana ao Brasil e ao papel que esta desempenhou na formação da nacionalidade brasileira. A primeira questão determinante é a idéia de natureza, representada nas seguintes passagens:

Fugido do velho reino ante a brutal invasão dos franceses [...] o príncipe regente sentiu dilatar-se-lhe a alma à vista dessa flácida e pomposa natureza tropical, e especialmente em presença do profundo sossego da sua nova capital [...]. Tudo quanto até então constituíra a sua atmosfera de eleição, ele fora encontrar no Brasil. Encontrou as cerimônias de corte [...] os sermões ressoando eloqüentes sob a abóbada dos templos, em festas realçadas pelos acordes... da música sacra mais melodiosa [...]. Encontrou o trato cotidiano [...] com um mundo de acadêmicos [...], de monges [...], de fidalgos [...]. Tudo isto reviveu ele no Rio de Janeiro, e reviveu descansadamente. Para mais num cenário de enfeitiçar, abrilhantado por um sol incomparável, avivado pelos tons cálidos das flores selvagens que esmaltam o



verde uniforme das florestas quase impenetráveis, banhado de uma aragem tépida propícia à deliciosa vida sedentária [...].⁷²

A natureza é o marco de um contraste entre o Velho Mundo de homens e estados litigantes e o Novo Mundo pleno de paz, harmonia e tranqüilidade, representado através da verdade simples da vida. O monarca português “foge” da “brutal invasão dos franceses” para um refúgio paradisíaco onde sente “dilatarse-lhe a alma” na “pomposa natureza tropical”. A passagem descreve uma natureza idílica, espetacular, que propicia uma simbiose entre rei e meio ambiente. Nesta união entre “civilização” e “natureza” se constitui a base da concepção de Oliveira Lima, direcionada para a criação de um espaço próprio para o Brasil. Implícito na passagem está o sincretismo que marca a proposta de identidade nacional do historiador-diplomata. A “civilização” européia deixada para trás pelo rei é o palco de turbulências e guerras. A nova sociedade a ser construída unirá o melhor trazido da Europa – as artes, a cultura, as instituições, a atividade intelectual simbolizada pelo rei – ao meio ambiente propício “à deliciosa vida sedentária” – isto é, ao ócio produtivo que conduz, desde a Grécia Antiga, à mais nobre das atividades humanas: o pensamento criador.

Neste sentido, também há um forte contraste com a proposta de Jackson Turner. Para o historiador americano, a relação homem-natureza é marcada por um embate. A natureza não se apresenta como um refúgio de paz e tranqüilidade, um meio pacífico que oferece ao homem a oportunidade de reflexão. Na visão de Turner, a natureza é um agente transformador do homem, tanto quanto este transforma a natureza. A questão-chave é a ação física, a turbulência, o movimento constante e o espírito de aventura que irão passar do plano territorial para o imaginário (ver primeiros dois capítulos desta dissertação).



Há um vetor direcionado sempre para frente, para o futuro, enquanto que na visão de Oliveira Lima, o importante é o *stasis*, a estabilidade, a harmonia com o meio natural. Sem o *stasis* não há reflexão humana e, sem esta, não se pode estudar nem entender a natureza, questões básicas para a concepção de identidade nacional em Oliveira Lima. Em Turner, o homem se regenera pela luta com a natureza; em Oliveira Lima, pelo idílio.

Na idéia de Turner a natureza é um princípio unificador desde o início, no sentido em que o movimento de conquista da natureza que se inicia no leste do continente americano em direção ao oeste propicia a união territorial e espiritual, criando uma “comunidade imaginária” (ver introdução) que une seus membros pela experiência comum da conquista. Por outro lado, em Oliveira Lima, há dois instantes da natureza: o primeiro, anterior à chegada da Monarquia, em que o Brasil tinha sido meramente “percorrido”; e o segundo instante, com a Monarquia na colônia, quando o Brasil é “estudado”.

No Brasil “percorrido”, a natureza aparece como um princípio de divisão. Longe de ter uma consciência de Nação, com uma referência central e unificadora, o Brasil se apresenta mais como uma “colcha de retalhos”, uma coletânea de territórios fragmentados caracterizados pelas diferenças ambientais e os frutos que geram.

No capítulo “O que era o Resto do Brasil” do clássico *D. João VI no Brasil*, Oliveira Lima faz uma extensa descrição, extraordinariamente precisa e detalhada, sobre o estado do território brasileiro no momento da chegada de D. João VI. Eis alguns trechos:

[...] era o Rio de Janeiro capital mais no nome do que de fato. A residência da corte [...] foi que a consagrou como centro político,

intelectual e mundano. Não só a população da cidade [...] cresceu muito; como formou-se uma classe que dantes não existia [...] de burgueses ricos, derivando seus proventos do comércio estrangeiro, o qual dantes também não existia, e familiarizando-se cada dia mais com as idéias e as cousas da Europa [...]. As comunicações da capital com as capitanias vizinhas pela via terrestre eram [...] difíceis e irregulares [...] [e] os habitantes do interior pouca [...] curiosidade experimentavam sobre o que ocorria à beira-mar, segregados por completo, em corpo e espírito, de um mundo que estava caminhando [...] para melhor destino [...]. Tudo no Brasil [...] se encontrava falho, rudimentar e indeciso, e a ignorância vulgar [...] só se modificaria no tocante [à] certa classe [...]. Os limites mesmo do país eram muito incertos, continuando em plena atividade a expansão portuguesa [...] no fíto [...] de ficar com toda a região a leste do estuário da Prata e com tão excelente fronteira [...].⁷³

Em trechos de outras obras, Oliveira Lima frisa as divisões territoriais narrando a história do povoamento do interior do Brasil, as “entradas” e o movimento dos Bandeirantes. Ao contrário de incutir um espírito de nacionalidade, esses empreendimentos eram movidos meramente por um espírito de ganância e de aventura, uma mobilidade territorial sem o elemento do imaginário, tão central à tese de Turner sobre os Estados Unidos. Em *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*, Oliveira Lima destaca as diferenças regionais e o processo de exploração do interior do Brasil:

Vimos ao norte uma sociedade aristocrática [a classe de grandes senhores de terra ligados ao cultivo do açúcar]. No sul do Brasil, o aspecto social era [...] muito diferente. Os *mamelucos* – como haviam sido denominados os mestiços de portugueses e índios –



havam realizado, no começo do século XVIII, uma obra formidável [...] [o movimento dos Bandeirantes] [...]. As pedras e os metais preciosos serviram [...] de ímã para atrair os exploradores para as regiões ignoradas [...]. Iam todos ao acaso, adultos, velhos e crianças [...] dispostos a suportar todos os sofrimentos, orientando-se pela bússola e pelas constelações [...] praticando as piores crueldades com os índios [...] enfim, eliminando-se [...] uns aos outros [...]. Partindo ordinariamente de São Paulo, as *bandeiras* [...] guiaram-se [...] pelo instinto na região do ouro e dos diamantes. E um instinto semelhante havia distinguido os precursores, pois as *entradas* da Bahia e do Espírito Santo [...] haviam tido igualmente por objetivo o alto planalto [...] de Minas Gerais [...].⁷⁴

Mais adiante:

As minas não foram... a única razão do povoamento [...] do interior do Brasil. Ao lado delas houve [...] especialmente no norte, entre Bahia e Maranhão, [...] numa região sujeita a secas prolongadas fazendo contraste com as planícies inundadas da Amazônia, [...] a criação do gado, característica de nosso *sertão* [...]. A população muito espalhada [...] ganhou aí um caráter inteiramente particular [...]. Esta população [...] com pouca mistura de sangue índio e quase nenhuma de sangue negro, corajosa no trabalho, sóbria [...] desconfiada, altiva por [...] bastar-se a si mesma, inclinada aos devaneios heróicos, pronta a recorrer às soluções violentas, dotada [...] de sentimentos cavalheirescos e [...] sujeita [à exaltação religiosa]. Ninguém descreveu melhor o *sertão* [do que Euclides da Cunha] [...].⁷⁵

Várias questões merecem destaque nessas passagens. A primeira é o paralelo que tende a ser estabelecido entre o povoamento



do interior do Brasil e o mesmo processo nos Estados Unidos, narrado por Turner. Praticamente a mesma descrição do sertanejo – trabalhador, austero, corajoso, heróico, violento – pode aplicar-se ao *frontierman* de Turner. Aqui estão os verdadeiros “homens naturais” brasileiros, seres que enfrentam um *wilderness* seco e desértico para se tornarem mestres do seu meio ambiente e de seus destinos, uma gente “altiva por... bastar-se a si mesma.”

Não obstante, várias diferenças com a proposta de Turner podem ser destacadas. Uma diferença importante se resume no seguinte trecho da passagem acima: “...numa região sujeita a secas prolongadas... característica de nosso *sertão*...”. As palavras-chave são “numa região”. A figura do sertanejo é acima de tudo *regional*. O conceito implícito nessa frase não existe na proposta de Turner. A “região” é todo o território que fica além da fronteira entre *wilderness* e civilização, território que é ocupado fisicamente num movimento *uniforme* de leste a oeste. Quando a ocupação física termina, a fronteira passa para a imaginação (ver os primeiros dois capítulos desta dissertação). Em outras palavras, onde existe o desafio e o desconhecido, em qualquer esfera da atividade humana, eis a Fronteira.

O sertão no imaginário brasileiro é ligado estritamente ao território físico que é específico a uma região. O *frontierman* de Turner se transforma numa referência central para o povo americano, um princípio unificador que se aplica a todas as esferas do esforço humano: os políticos, os cientistas, os capitalistas da grande indústria – o *frontierman* é metáfora de todos eles. O aspecto multidimensional, transterritorial e unificador não se encontra na descrição do sertanejo, por mais poderoso e instigante que seja seu apelo na imaginação brasileira.



Outro contraste está na *maneira* em que o Brasil continental foi povoado. Em Turner, a questão é a *uniformidade* – no movimento, na forma de ocupar o território, no efeito da natureza sobre o homem e vice-versa, no novo tipo humano que surge. O que se destaca nas passagens acima é justamente a *diferença*. O Brasil “percorrido” é um território em que a natureza e seus frutos atuam como forças de fragmentação (devido ao tipo de estrutura econômica montada pela metrópole).

A idéia está implícita nas passagens acima: o açúcar do Nordeste, o ouro e os diamantes de Minas, a pecuária do sertão, “as planícies inundadas da Amazônia”, a cisão litoral/interior, entre a cultura das cidades portuárias e o Brasil continental, dividindo seus habitantes em “corpo e espírito”. Eis um Brasil sendo “percorrido” por aventureiros em busca do que a natureza tem a oferecer, moldando seus hábitos e costumes, e fixando suas lealdades, em função de regiões particulares.

Este forte espírito regionalista será um dos principais desafios da Monarquia luso-brasileira e uma das chaves da proposta de Oliveira Lima para a identidade nacional. A ironia é que o próprio processo de povoamento do interior, que fez do Brasil um colosso continental, criou, no seu regionalismo, as mesmas forças políticas e culturais que irão ameaçar a integridade territorial do Brasil – questão esta que a Monarquia irá enfrentar com louvor (isto será discutido mais adiante).

O “princípio unificador” central à obra de Turner é a preocupação maior de Oliveira Lima também. Como criar uma “comunidade imaginada”, com referências centrais e experiências em comum, de um vasto povo, unido pela língua e pela religião, mas tão dividido nas idéias, na imaginação?



4.3 O IMPÉRIO CONSTRÓI A NACIONALIDADE: INTEGRIDADE TERRITORIAL E UMA “COMUNIDADE IMAGINADA”

4.3.1 *Mantendo a união territorial à força*

O papel principal da Monarquia no Brasil, primeiro com D. João VI e continuando na Regência e nos Reinados de D. Pedro I e D. Pedro II, foi a criação de uma referência central, tanto política quanto cultural, que uniria o território “retalhado”, ameaçado cada vez mais de desintegração. Sob o símbolo da Casa Real de Bragança, criou-se um governo centralizado no Brasil, elevando-o de condição de mera colônia para a condição de reino. Junto com este governo foi implantada, ao longo de todo o Império, uma nova e abrangente matriz cultural, composta por instituições especificamente *nacionais*. A lista é infindável, mas entre as principais estão: Biblioteca Nacional, Museu de Belas Artes, Instituto Histórico-Geográfico, Faculdades de Medicina, Mineralogia (entre várias outras que iram se transformar na Universidade Federal do Rio de Janeiro), o Jardim Botânico, o Museu Nacional de Antropologia, Banco do Brasil, uma imprensa de cunho *nacional*. Abriram-se os portos, uniformizou-se o sistema alfandegário e tributário, construíram-se rodovias que interligassem as regiões, fundaram-se departamentos da marinha e do exército. Eram os marcos da “civilização” que integrariam o Brasil ao “mundo”, e acabariam com a “solidão americana” tão lamentada por Nabuco.

No que concerne à proposta de identidade nacional de Oliveira Lima, a centralização da Monarquia conseguiu ao menos uma vitória importante e fundamental: manteve a integridade territorial do Brasil face às forças centrífugas das diversas regiões, cujas lideranças se inspiravam nas idéias republicanas advindas da França e dos Estados Unidos. Neste sentido, o Brasil manteve sua unidade territorial, sendo



preservado da fragmentação de vice-reinos ocorrida no resto da América Latina. Na América Espanhola, a ausência de um governo central possibilitou que as mesmas forças regionalistas existentes no Brasil lá vingassem. As revoluções republicanas da América do Sul e América Central recortaram o continente numa coleção de pequenas repúblicas, em contraste com o colosso continental mantido sob direção da realeza luso-brasileira.

Na coletânea de *ensaios The Evolution of Brazil Compared with that of Spanish and Anglo-Saxon America*, Oliveira Lima ressalta essa questão em perspectiva comparada:

[...] the maintenance on the throne of the traditional dynasty representing the Portuguese past, whose heir [...] identified himself with the new destinies of the country and even made himself the decisive agent of its independence [...] gave the national traditions a strength and importance unique, compared with what was occurring in the neighboring countries of the Spanish world [...]. Thus it was that [the Brazilian Monarchy] succeeded in representing, in Latin America, domestic peace and liberty at a time when a condition of anarchy prevailed in nearly all the rest of the continent.⁷⁶

A força das tradições, da estabilidade e da união representadas pela Monarquia no Brasil foi alvo também de elogios de estadistas internacionais. Fiel a sua característica de colocar suas análises no contexto comparativo e das relações internacionais, Oliveira Lima cita Metternich:

Fixando os olhos nos negócios da América, os soberanos europeus não têm senão dois grandes interesses a consultar [...].

A primeira é a da conservação dos direitos legítimos das famílias reinantes; a segunda a da manutenção [...] do princípio monárquico contra os progressos da democracia universal [...]. A casa de Bragança, ainda que alvo de todas as tempestades revolucionárias, conservou seus direitos de soberania sobre aquele país, exercendo-os mesmo por um de seus ramos. E se o Império brasileiro puder se firmar e consolidar na totalidade das colônias portuguesas, não veremos, pelo menos, uma nova coleção de repúblicas democráticas cobrindo a metade do continente americano'. [Oliveira Lima acrescenta que] um agente brasileiro não faria melhor defesa da causa do Império [...] [do que Metternich].⁷⁷

Nessas passagens também há um forte contraste com Turner. Na visão do historiador americano, a integridade territorial não precisa ser preservada pelo Estado, pois o sentido de união, de uma comunidade nacional, foi resultado da experiência em comum por parte de um povo que ocupou um vasto território. O próprio processo de povoamento, feito de maneira uniforme e autônoma pelas bases da sociedade, gerou um espírito de identidade nacional independente de qualquer ação externa.

Acrescenta-se a isso a idéia de democracia igualitária que advém da ação independente e da auto-suficiência do *frontierman*. Uma situação em que seres humanos “bastam-se a si mesmos”, e em que todos enfrentam os mesmos desafios, propicia, segundo Turner, um forte sentimento democrático, desconfiado de qualquer força coerciva externa ou de hierarquias impostas.⁷⁸

No Brasil, a manutenção da integridade territorial pelo Estado, utilizando a força, foi uma das principais condições para que se



construísse, *a posteriori*, um sentimento de nacionalidade. Neste sentido, considerando que o Império manteve a política latifundiária e escravagista da colônia, o que se encontrava no Brasil era uma sociedade, além de altamente fragmentada em termos de suas lealdades, fortemente hierarquizada. A base da sociedade nortista, buscada na imagem dos proprietários independentes e comerciantes (enfim, de uma classe média) em Turner, no Brasil não aparecia. Sobressaía a massa de escravos e de homens livres e pobres em seu lugar.

4.3.2 *Pensamento e forma: as artes e as ciências e a criação de uma “comunidade imaginada”*

A manutenção da unidade territorial, portanto, foi apenas um dos pré-requisitos para que se formasse, no Brasil, uma idéia de nacionalidade. O outro componente estava na nova matriz cultural-institucional e no papel que esta iria ter, de conectar o Brasil ao mundo e de fixar uma idéia de Nação no imaginário brasileiro, principalmente por meio das representações nas artes e nas ciências.

A natureza passa agora a ser um princípio unificador. As paisagens pintadas e a flora e a fauna estudadas se constituíram numa “imagem de Brasil”, ao qual acrescentou-se a palavra “civilizado”. A natureza “estudada” é bem diferente da natureza exótica que caracterizava o Brasil anterior à vinda da Monarquia. É uma natureza passível de ser analisada por cientistas em expedições, com ligações institucionais e internacionais, visando o progresso científico da humanidade. É um Brasil que começa a ser documentado por instituições próprias e, por meio delas, integrado à civilização.

O Brasil do Império é um Brasil soberano que se abre para o mundo, recebendo um número sem precedentes de diplomatas, artistas,



etnógrafos, botânicos, zoólogos – figuras que vão contribuir para fundar a ciência e as artes nacionais que influenciam enormemente na costura de uma idéia central de Nação. Além disso, passariam a revelar o Brasil para o mundo, não mais como um lugar selvagem, mas já como integrante do “mundo civilizado”, passível de ser conhecido quando analisado com as mesmas “ferramentas” provindas da Europa ou referidas aos mesmos cânones artísticos e científicos.

Um exemplo são as expedições de Spix e Martius. A respeito dos dois cientistas, Oliveira Lima escreve:

Chegaram [ao Brasil] duas missões científicas: a austríaca [...] e a bávara, dirigidas por Spix e Martius, os mais ilustres exploradores do Brasil, cuja vida [...] foi devotada ao mais... consciencioso e mais compreensivo estudo do nosso país sob os pontos de vista zoológico, botânico, médico e etnológico [...]. Esses dois intrépidos viajantes, que percorreram quase todo o Brasil [...] coligindo uma infinidade de preciosas informações geográficas, etnográficas, estatísticas e histórico-naturais, receberam da capital brasileira, nove anos depois da chegada da família real, uma impressão assaz lisonjeira [...]. **Eles assim se exprimiram:** ‘Qualquer pessoa que considerasse ser este um novo continente [...] e que imaginasse [...] deparar-se aqui com uma natureza ainda inteiramente rude [...] acreditaria, pelo menos no que toca à capital do Brasil; **tanto tem a influência da velha e esclarecida Europa conseguido apagar neste ponto da colônia o cunho da selvageria americana**, para lhe dar em troca o aspecto de uma mais alta cultura. A língua, maneiras, arquitetura e influxo das produções de indústria de todas as partes do mundo, dão ao Rio de Janeiro uma aparência européia’ [grifos meus].⁷⁹



Aqui está a resposta a Nabuco: o princípio do fim da “solidão americana”, onde “a influência da velha e esclarecida Europa” está conseguindo “apagar” o “cunho de selvageria americana”. Aqui está o lugar que se eleva acima da “rude natureza” para se integrar ao Mundo das Luzes, ao concerto de nações civilizadas. Aqui está a natureza brasileira sendo apreciada não pelo exotismo, mas pelo que contribui à geografia, à etnografia, às estatísticas, aos estudos de história natural.

Nas artes, também, o cunho exótico, não só das paisagens naturais, mas sociais, é sobreposto por um olhar científico, etnográfico, antropológico. Nas telas de artistas como Debret, Rugendas, os irmãos Taunay, vê-se um Brasil das relações sociais, da senzala, da lavoura, da cidade, do comércio, das relações entre índios e brancos, negros e brancos, e um novo “tipo” original brasileiro, o mestiço. É sem dúvida uma sociedade original, distinta da Europa, mas que ao mesmo tempo precisa da “forma européia”, da técnica e do intelecto, para ser representada e incorporada à imaginação como a unidade “Brasil”.

4.3.3 O novo tipo brasileiro: o mestiço

Nada mais representativo deste sincretismo do que o mestiço, que irá se transformar na virada do século num emblema de Brasil. Oliveira Lima, referência fundamental para a obra de Gilberto Freyre, já reconhece o poder da miscigenação racial na formação de um tipo sincrético que contribuirá para o sentido de unidade nacional. Escrevendo sobre a insurreição Pernambucana contra a Ocupação Holandesa no século XVII, Oliveira Lima encontra a semente do que virá a ser a Nação Brasil:

[...] a revolta [...] foi a primeira afirmação certa e irrecusável da unidade, eu poderia dizer, na nacionalidade brasileira. Não

era mais Portugal, era o Brasil que se insurgia agora e enfrentava a Holanda. E a observação de que as diferentes raças, que se misturavam sob nosso céu, tomaram, cada qual, sua parte notória e gloriosa no restabelecimento da autoridade portuguesa, foi feita pelos oradores exaltados [...] Colonos de Portugal, brasileiros de nascença, índios e negros se bateram de perfeito acordo para expulsar o inimigo [...].⁸⁰

Aqui também o contraste com Turner é dos mais acentuados. Ao contrário das “diferentes raças que se misturavam sob nosso céu”, a “composite nationality” americana (na visão de Turner), que surge em função da experiência em comum da fronteira, não é uma miscigenação de *raças*, mas de *povos europeus*. São europeus do norte – alemães, escandinavos, irlandeses – que se misturam entre si; ausentes estão os índios e os negros. Aliás, a ausência de negros está de acordo com a ausência de uma análise dos efeitos da escravidão no sul dos Estados Unidos, uma experiência inteiramente distinta da experiência da fronteira descrita por Turner, e que provocou profunda cisão na união nacional americana com a qual Turner tanto se preocupou em louvar.

A questão racial, não resolvida por Turner, também não foi resolvida pela sociedade americana. O legado da presença negra e escrava continuou, após quase um século e meio da abolição oficial da escravidão nos Estados Unidos, sendo ainda hoje um motivo sério de atrito e de divisões sociais, políticas e econômicas.

Esta foi uma situação prevista por Oliveira Lima. O historiador brasileiro não deixou de lado os preconceitos de sua época, que davam como pressuposto a superioridade da raça branca sobre as demais. Oliveira Lima, no entanto, era um defensor da miscigenação racial.



Acreditava que esta, se feita com um intuito de “branquear”, se tornaria uma maneira harmoniosa de se resolver o problema racial sem deixar profundas rachaduras na sociedade. Oliveira Lima defende a mistura de raças, ocorrida não só no Brasil como no resto da América Latina, até como exemplo de união e harmonia racial para a América do Norte. Em perspectiva comparada, o historiador brasileiro analisa a questão numa das conferências que fez na Universidade de Stanford, nos Estados Unidos:

[...] the influence of Europe was so powerful, even upon the product of intermarriage, that the most astute politician of the last years of the Brazilian Empire was a mulatto, as was also the most delicate, the most subtle [...] writer recorded in the literary annals of the country [Machado de Assis]. Of mixed blood also was Gonçalves Diaz, Brazil's greatest poet [...]. These superior minds, animating bodies in whose veins circulated the blood of the so-called inferior races, are the best testimony to the efficiency of crossing ideas. Moreover, if physical crossing leaves its impress, why should not the crossing of mental or moral qualities have its effect also? [And] [...] why would it not be exercised also in the [...] direction of elevation? [...]. Will not the practical method which [...] the sons of the Iberian Peninsula unconsciously took to solve the problem of the races, perchance facilitate its solution, or rather, will it not assure its solution in the future? Indeed, in your country [the United States], which is in so many ways the most progressive in the world [...] this racial question continues pressing, inciting to acts of violence which you [...] are the first to condemn.⁸¹

Assim como a proposta de identidade nacional de Oliveira Lima é, de certa forma, uma resposta ao problema da “solidão americana”



colocado por Nabuco, as últimas frases dessa passagem também podem ser interpretadas como uma resposta a Turner (não pessoal, é claro, pois os dois não se conheciam e não tinham noção dos seus respectivos trabalhos. Estou falando de uma resposta no nível das idéias). Turner falou de união nacional esquecendo a raça, mas foi justamente esta última – como apontou Oliveira Lima – que se tornou o marco divisor e violento de uma sociedade que dizia sentir-se unida culturalmente pelas experiências em comum da fronteira e do puritanismo.

A miscigenação racial no Brasil e na América Latina foi um elemento de união e de harmonização em sociedades altamente hierarquizadas e estratificadas, divididas por lealdades regionais. Implícita nessas colocações está a idéia de que, talvez, sem o mestiço não poderia haver jamais um sentido de Nação. Não é à toa que Debret e Taunay (e mais tarde Portinari e Di Cavalcanti) já viam no mestiço o símbolo maior de uma idéia de Brasil. Num mundo cada vez mais interligado culturalmente e economicamente, mas ao mesmo tempo cada vez mais cindido racial e etnicamente, o Brasil, tão bem-sucedido em todos os seus sincretismos, talvez desponte como um exemplo de sociedade na aurora deste novo século.





5. CONCLUSÃO







5. CONCLUSÃO

Este estudo se propôs a analisar duas idéias de identidade nacional, contrastando a visão do historiador americano, Jackson Turner, com a do historiador-diplomata brasileiro, Oliveira Lima. O contraste se deu no âmbito maior de uma comparação entre Brasil e Estados Unidos, as duas grandes nações continentais das Américas.

Tanto Jackson Turner quanto Oliveira Lima trabalham com heróis nacionais. Na obra de Turner, o sentimento de nacionalidade, a criação de uma “comunidade imaginada”, se dá pelos esforços de homens comuns, os pioneiros que desbravam a natureza selvagem e desconhecida – o *wilderness* – na marcha de conquista territorial que se desdobra de leste a oeste do continente americano. Os personagens épicos desta jornada são o Homem e a Natureza: ocorre um embate entre os dois, em que ambos são transformados, e desta metamorfose surge um Novo Homem – o Americano, produto original e distinto de qualquer personagem europeu.

A ruptura com as instituições européias é central à obra de Turner. O historiador estava à procura do cerne do “Americaness” e o encontrou no “sertão” americano. A marcha do *frontierman* se dirige ao Progresso e à Civilização, mas esta última possui um significado diferente daquele presente em Oliveira Lima. Para Turner, é preciso romper com a “civilização” européia e voltar a condições primitivas junto à natureza, começando do zero, para reiniciar o processo civilizador. Neste sentido, “civilização” perde seu sentido cosmopolita – associado à criação artística e intelectual humana, ao refinamento e à beleza, à presença de instituições culturais – para assumir uma conotação



mais prática ligada ao domínio da natureza e à evolução dos modos de produção econômica. Para Turner, “civilização” se resume ao avanço do capitalismo, culminando no capitalismo industrial característico de sua época.

Ainda existe a noção de “civis” – isto é, cidade – pois o ponto culminante do processo civilizador do *frontierman* é o estabelecimento de cidades onde havia somente wilderness. Não obstante, sua cidade é industrial, cheia de fábricas, orientada para a produção do conforto material.

É uma idéia que contrasta com a noção de “civilização” de Oliveira Lima. Para o autor brasileiro, é imperativa a continuidade com as instituições européias, pois são elas que integrarão o Brasil selvagem ao “mundo civilizado”. Oliveira Lima, via a “civilização” precisamente de forma cosmopolita. A sua “civis” – cidade – é o centro de atividades artísticas e intelectuais. É a cidade no sentido grego da palavra: local onde há comunhão e troca de idéias entre cidadãos, onde o tempo e o espaço são suficientemente livres para permitir que a criação humana flua sem impedimentos.

Na obra de Turner, as novas cidades, pontos luminosos na marcha da “civilização” pelo continente americano adentro, surgem no *heartland* – no coração dos Estados Unidos – que é o interior. São os novos centros industriais como Chicago e Cleveland. Em Oliveira Lima, a cidade está no litoral, na proximidade com a Europa: é o cosmopolitismo da capital, Rio de Janeiro, que estende sua influência pelo resto do continente.

O grande herói do épico “civilizador” de Oliveira Lima é a instituição da Monarquia, representada pelo símbolo da Casa Real de



CONCLUSÃO

Orleans e Bragança, nas duas principais figuras do Império brasileiro: D. João VI e D. Pedro II. Literalmente constroem uma nacionalidade fundindo instituições européias com elementos nativos. Na visão de Oliveira Lima, a natureza brasileira não é perigosa nem desafiante. Não se trata de uma personagem que convida ao embate. É uma natureza esplendorosa, acolhedora, tranqüilizante. Ao contrário da proposta de Turner (que se baseia na mitologia do puritanismo e do romantismo), não são necessários o esforço nem o suor para se chegar ao paraíso vindo do *wilderness*: o paraíso já está presente. É um convite à reflexão, ao pensamento, à criação – atividades que serão canalizadas e sistematizadas pela presença de novas instituições nacionais implantadas pela Monarquia. Para criar uma idéia de Brasil, há primeiro de se “pensar” o Brasil.

Trata-se de visões carregadas de emoção e sentimentalismo, inspiradas pelo Movimento Romântico do século XIX. Neste sentido, os autores são marcados pelas limitações de sua época e acabam por “esquecer” e “omitir” certos fatos, não de maneira intencional, mas como consequência de uma visão de mundo condicionada pela cultura de seu tempo. José Murilo de Carvalho, baseando-se em Ernest Renan, ilustra bem a necessidade do esquecimento na questão da identidade nacional:

A identidade é uma construção feita de vários ingredientes, em geral carregados de componentes emocionais. A construção dessas identidades exige muitos “esquecimentos” e “erros históricos” como nos alertou Ernest Renan em sua famosa conferência de 1882, *Qu'est-ce qu'une nation?* Esquecer e reescrever a história envolve a criação de memórias nacionais, heróis nacionais, símbolos, alegorias, mitos e rituais. Os fatos e personagens históricos são reinterpretados, com freqüência, pelos



próprios historiadores, para tornar possível a coexistência de contrários e a reunião de elementos díspares.⁸²

O próprio Renan, em *Qu' est-ce qu' une nation?*, coloca: “... *l' essence d' une nation c' est que tous les individus aient beaucoup de choses em commun, est aussi que tous aient oublié bien de choses*”.⁸³ Quais foram os “esquecimentos” e os “erros históricos” – não intencionais – de Jackson Turner e Oliveira Lima?

Em primeiro lugar, Turner “esquece” o problema da escravidão e do negro nos Estados Unidos. O sistema latifundiário sulista – e seu legado social e racial – é omitido da experiência da fronteira.

Também é “esquecido” o índio e o massacre ao qual a população indígena foi submetida na conquista do território americano. O épico do *frontierman* é uma saga grandiosa, virtuosa. O historiador pouco menciona a violência, o desespero e a morte que foram componentes tão marcantes da experiência da fronteira. Passa por cima da questão de forma superficial, mencionando que a subjugação do “elemento indígena” foi importante na formação de instituições nacionais americanas – mas não entra em detalhes nem se estende sobre o assunto.

A composição étnica do *frontierman* é norte-européia. Não há nenhuma menção de miscigenação racial na obra de Turner.

Há razões importantes para tais “esquecimentos”. Como já se mencionou, Turner estava escrevendo para um público ansioso e receoso do futuro. O atrito e a turbulência já estavam bem presentes na sociedade americana. A proposta de Turner tinha o objetivo de levantar os espíritos do povo. Não queria lembrá-lo de pecados do passado, mas de virtudes e conquistas.



CONCLUSÃO

Assim, sua solução foi colocar o *frontierman* como modelo genérico de conduta. A coragem, o senso comum, a autosuficiência, a liberdade, a eterna busca, a aventura – são todos atributos do *frontierman* que se estendem para o empresário, o político, o cientista. Onde há um empreendimento e um desafio, há uma fronteira.

Este aspecto transterritorial da fronteira pode vir a incluir os que foram previamente excluídos. O negro, que não participou da conquista do território americano, nem gozou da liberdade do pioneiro, pode perfeitamente se integrar à “comunidade imaginária” dos *frontiermen* que enfrentam fronteiras virtuais – sejam elas pessoais, morais, sociais. O líder negro Martin Luther King, no seu famoso discurso “*I have a dream*” – que marcou a luta pelos direitos civis nos Estados Unidos dos anos 50 e 60 – empregou a velha metáfora bíblica dos puritanos que foi apropriada de maneira secular por Turner. “Chegaremos à Terra Prometida”, disse Luther King. Antes, no entanto, há de se passar pelo longo *wilderness* da discriminação e da injustiça.

A metáfora da fronteira foi e continua sendo empregada onde há o desconhecido e o desafio ao descobrimento, desde a exploração do espaço sideral ao estudo do genoma humano. A idéia é de um eterno movimento em direção ao aperfeiçoamento e ao conhecimento.

Também na obra de Oliveira Lima há “esquecimentos” e “omissões”. A primeira delas lida com as implicações do comprometimento com o escravagismo no Brasil, que foi o último país a abolir a escravidão nas Américas. A Monarquia consolidou o sistema latifundiário e inibiu a implementação de políticas industriais que poderiam ter lançado a Nação num caminho de desenvolvimento similar ao dos Estados Unidos. Incentivou a criação, ao redor da Corte, de uma elite fisiologista, insular, desvinculada da sociedade como um todo.



São situações que deixaram legados nocivos na sociedade brasileira até hoje, contra os quais a luta é contínua.

Em outro instante, Oliveira Lima “omite” o povo de suas análises. A sua proposta de identidade nacional é aristocrática, elaborada de cima para baixo por artistas e intelectuais aliados ao símbolo da Casa Real. Mesmo seus mestiços integram as elites: Machado de Assis, Gonçalves Dias, José Maurício.

Assim como Turner, Oliveira Lima também tem boas razões para suas “omissões”. Seu objetivo é recuperar o legado de beleza, tolerância e estabilidade conquistado pela Monarquia, num momento em que os militares da República apelam para a rudeza, a opressão, a violência – e fazem políticas orientadas para fortalecer sentimentos regionalistas. A preocupação central da Monarquia era manter a união nacional, preservando a integridade territorial da Nação e a estabilidade social e política.

O comprometimento com o sistema latifundiário foi o preço a pagar pela estabilidade. O incentivo à industrialização mais intensa, e aos seus representantes capitalistas, como o Barão de Mauá, corria o risco de gerar atritos e rachaduras no frágil tecido sócio-político brasileiro. Basta lembrar que, nos próprios Estados Unidos, a divisão Norte-Sul se deu pelo sistema capitalista-industrial do norte e o escravagismo do sul, levando a Guerra Civil.

A insistência em manter o sistema latifundiário inibiu a formação de uma classe burguesa com massa crítica. É precisamente esta classe – de pequenos proprietários e comerciantes – que formou o “povo” americano. A ausência dela no Brasil – junto com uma massa de escravos numa sociedade



CONCLUSÃO

altamente hierarquizada – resulta na omissão do conceito de “povo” na obra de Oliveira Lima.

Nenhuma das colocações acima tem como objetivo defender a experiência da Fronteira ou da Monarquia. Trata-se, apenas, de uma exposição da proposta dos autores e o porquê de determinadas “omissões” e “esquecimentos”. Qualquer obra, mesmo as grandes obras, é incompleta, no sentido em que há sempre um argumento falho, uma “omissão” ou um “esquecimento”, mesmo que não seja intencional. Uma obra importante e duradoura não deveria ter como objetivo um argumento perfeito, fechado. Deve estimular o debate e a imaginação. Deve gerar tamanho impacto que atinge o status de “clássico”. Neste sentido, por mais controvertidas e problemáticas que sejam, as obras de Jackson Turner e Oliveira Lima cumprem plenamente sua promessa.





NOTAS







NOTAS

¹ ANDERSON, B., *Nação e Consciência Nacional*. p. 13 et. seq.

² HOFSTADTER, R., *The Progressive Movement, 1900-1915*, p. 1 et. seq.

³ TURNER, F. J., “Significance of the Frontier in American History”, In: FARAGHER (Org.), *Rereading Frederick Jackson Turner*, p. 31.

⁴ HOFSTADTER, R., *The Progressive Historians*, p. 13 et. seq.

⁵ Ibid. p. 15.

⁶ ADAMS, H. B., *Germanic Origins of New England Towns*, v.1, p. 8 et. seq.

⁷ TURNER, J., In: FARAGHER (Org), Op. Cit., p.33.

⁸ Ibid., p. 33.

⁹ BEARD, C., In: COWLEY e SMITH (Ed) p. 61.

¹⁰ HOFSTADTER, R., Op. Cit., p. 54.

¹¹ Segundo Hofstadter, os outros ensaios são da coletânea: “The Significance of History” (1891), “The Problem of the West” (1896) e “Contributions of the West to American Democracy” (1903). O ensaio que completa o quinteto é “Problems in American History”, publicado



avulso em 1892. Hofstadter afirma que com esses cinco ensaios, Turner, ainda na faixa dos trinta anos, “charted out a very large part of the course that American historiography was to run for the next generation.” (Ibid. p. 71).

¹² BILLINGTON, R., *Young Fred Turner*, p. 40 et seq.

¹³ HOFSTADTER, Op. Cit., p. 70 et. seq.

¹⁴ TURNER, F. J., “The Significance of History”, In: FARAGHER (Org), Op. Cit., p. 18 et. seq.

¹⁵ Ibid. p. 23.

¹⁶ Ibid. p. 29.

¹⁷ SLOTKIN, R., *Regeneration through Violence: the Mythology of the American Frontier, 1600-1860* p. 6 et seq. Por mito entende-se um princípio unificador de uma sociedade que reduz toda uma gama de experiências históricas e coletivas a uma visão simplificada do passado e do exemplo moral que pode ser tirado deste passado para guiar uma comunidade no presente e no futuro. O mito utiliza uma narrativa dramática que emprega a linguagem metafórica para explicar uma visão de mundo e de história. Slotkin que por sua vez trabalha com conceitos de mito tirados de Joseph Campbell, James G. Frazer, Carl Jung, Claude Lévi-Strauss, entre outros.

¹⁸ SUSSMAN, W., *Culture as History*. p. 30.

¹⁹ TURNER, F.J., “The Significance of the Frontier in American History”, In: FARAGHER (Org), Op. Cit., p. 31.



NOTAS

²⁰ HINE, R.N., & FARAGHER, J. M., *The American West: A New Interpretive History*. p. 1 et. seq.

²¹ Ibid., p. 1 et. seq.

²² Ibid., p. 3.

²³ NASH, R. F., *Wilderness and the American Mind*, Introdução, p. XI.

²⁴ Ibid., p. 2. O sufixo *ness* transforma adjetivo em substantivo, assim como o adjetivo *happy* é transformado no substantivo *happiness*. O sufixo dá a conotação de situação ou estado físico/emocional. *Wilderness* seria o incontrolável.

²⁵ Ibid., p. XI. et. seq.

²⁶ Ibid., p. 1 et. seq.

²⁷ A idéia medieval de *wild doer* é encontrada ao longo de toda produção artística e cultural norte-européia. Nos contos de Hans Christian Anderson e dos Irmãos Grimm, a floresta densa perdura como uma metáfora para o perigo, o desconhecido e o inconsciente. No Romantismo inglês do final do século XIX, o *wild doer* reaparece, com uma variação importante. O limite do desconhecido não é mais a floresta, mas a ciência, como no caso de *Frankenstein* de Mary Shelley e *Dr. Jeckyl and Mr. Hyde* de Robert Louis Stevenson. No Romantismo americano do mesmo período, novamente encontra-se o *wild doer*, já mesclado com conceitos bíblicos. É o caso do Leviathan, em *Moby Dick* (Herman Melville), das profundezas do mar. Outros exemplos são as serpentes das florestas e plantas monstruosas de Nathaniel

Hawthorne, nos contos clássicos *Young Goodman Browne* e *Rappacini's Daughter*, respectivamente.

²⁸ NASH, R.F., Op. Cit., p. 2 et. seq.

²⁹ Ibid., p. 15.

³⁰ BRADFORD, W. *Of Plymouth Plantation*, 1620-1647 p. 62.

³¹ MATHER, C. *The Wonders of the Invisible World*, p.13.

³² SLOTKIN, R., Op. Cit., p. 94 et. seq. Este gênero de literatura, representado por autores como Jonathan Edwards e Cotton Mather, é chamado de *Indian Captive Narratives*. Surge no século XVII e representa uma forte preocupação dos Puritanos com as reais perdas que estavam sofrendo entre seus membros. Muitos fugiam e se integravam à vida indígena. A questão principal das narrativas é a do Puritano posto em cativeiro pelo índios, uma situação onde sua fé cristã e sua maneira de ser serão testadas.

³³ HIGGINSON, *An attestation to the Church-History of New-England.*, p. 13.

³⁴ NASH, R.F Op. Cit., p. 56.

³⁵ Ibid., p. 67.

³⁶ TURNER, J., "The Significance of the Frontier in American History", In: FARAGHER, (Org.), Op. Cit., p. 33.

³⁷ Ibid., p. 32.



NOTAS

³⁸ Ibid., p. 31 et. seq.

³⁹ Ibid., p. 51.

⁴⁰ Ibid., p. 54.

⁴¹ HOFSTADTER R., *Anti-Intellectualism in American Life*. p. 50 et. seq.

⁴² TURNER, F. J., “The Problem of the West”, In: FARAGHER (Org.), *Op. Cit.*, p. 67.

⁴³ TURNER, F. J., “Contributions of the West to American Democracy”, In: FARAGHER, (Org), *Op. Cit.*, p. 86.

⁴⁴ Ibid. p. 96 et. seq.

⁴⁵ LIMA. O. D. *João VI no Brasil*, Prefácio de Wilson Martins, p. 16.

⁴⁶ Ibid. p. 13.

⁴⁷ FREYRE, G., *Oliveira Lima, Dom Quixote gordo*, p. 125.

⁴⁸ Ibid. p. 117.

⁴⁹ MALATIAN, T., *Oliveira Lima e a construção da nacionalidade*, p. 147.

⁵⁰ Ibid., p. 151 et. seq.

⁵¹ In: In: LIMA, O., *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*.

⁵² VERÍSSIMO, J., Prefácio. In: LIMA, O., *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*, p. 26.

⁵³ Ibid. p. 27.

⁵⁴ O livro foi recentemente reeditado pela Topbooks, em 1997, com os prefácios da primeira edição, de Gilberto Freyre e José Veríssimo, já mencionados neste trabalho.

⁵⁵ VERÍSSIMO, J., Prefácio. In: LIMA, O., *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*, p. 29.

⁵⁶ Faz parte desta análise a defesa da Monarquia luso-brasileira vis-à-vis o republicanismo do resto da América Latina. A manutenção da ordem e da integridade territorial brasileira pela atuação da Monarquia é contrastada com a anarquia e a fragmentação resultante do republicanismo que desembocou na independência das nações vizinhas latino-americanas. Essa questão será explorada mais adiante neste trabalho.

⁵⁷ FREYRE, G., *Op. cit.*, p. 125.

⁵⁸ Ibid. p. 125.

⁵⁹ MALATIAN, T., *Oliveira Lima e Construção da Nacionalidade*, p. 205 et. seq.

⁶⁰ Ibid., p. 209.

⁶¹ FREYRE, G., *Op. cit.*, p. 83.



NOTAS

⁶² NABUCO, N., *Minha Formação*, p. 49 et. seq. Nabuco parece resolver esta esquizofrenia de identidades. Frisa de que lado do Atlântico estão suas afinidades: “As paisagens todas do Novo Mundo, a floresta Amazônica ou os Pampas Argentinos, não valem para mim um trecho da Via Appia, uma volta da estrada de Palermo a Amalfi, um pedaço do cais do Sena à sombra do velho Louvre...”.

⁶³ *Ibid.*, p. 97.

⁶⁴ *Ibid.*, p. 36.

⁶⁵ *Ibid.*, p. 36.

⁶⁶ LIMA, M. O., *D. João VI no Brasil*, p. 89.

⁶⁷ Ver os primeiros dois capítulos desta dissertação.

⁶⁸ LIMA, O., *Op. Cit.*, p. 21 et. seq.

⁶⁹ *Ibid.*, p.19.

⁷⁰ LIMA, O., *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*, p. 152 et. seq.

⁷¹ Cf. a análise mais detalhada da obra de Turner nos primeiros dois capítulos desta dissertação.

⁷² LIMA, O., *D. João VI no Brasil*, p. 21.

⁷³ *Op. Cit.*, p. 89 et. seq.



⁷⁴ LIMA, O., *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*, p. 95 et. seq. Oliveira Lima faz referências específicas a Capistrano de Abreu e, mais adiante, a Euclides da Cunha como os dois grandes autores estudiosos desse processo.

⁷⁵ *Ibid.*, p. 127.

⁷⁶ LIMA, O., *The Evolution of Brazil Compared with that of Spanish and Anglo-Saxon America*, p. 117.

⁷⁷ LIMA, O. *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*, p. 194 et. seq.

⁷⁸ O que transparece nessas passagens é a ausência de qualquer preocupação de Turner quanto à situação do escravagismo no sul dos Estados Unidos, às divisões geradas e ao papel do Estado, sob liderança de Abraham Lincoln, de manter a união territorial face às forças de secessão da Confederação Sulista.

⁷⁹ LIMA, O., *D. João VI no Brasil*, p. 71.

⁸⁰ LIMA, O., *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*, p. 90.

⁸¹ LIMA, O., *The Evolution of Brazil Compared with that of Spanish and Anglo-Saxon América*, p. 39 et. seq.

⁸² CARVALHO, J. M. de, “Terra do Nunca”, In: BETHELL (Org.), *Brasil: Fardo do Passado, Promessa do Futuro*, p. 47 et. seq.

⁸³ RENAN, Ernest, *Que 'st qu' une Nation?*, p.13.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS





REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACTON, Lord. *The History of Freedom and other Essays*. Freeport, NY: Books for Libraries Press Inc., 1965.

ADAMS, H. B., *Germanic Origins of New England Towns*. Baltimore: Johns Hopkins University Studies in Historical and Political Science I, 1888.

ANDERSON, *Benedict. Nação e Consciência Nacional* ; tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Ática, 1989.

ASSIS, Machado de. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1979. 3 v.

BARNEY, William L. *The Passage of the Republic: An Interdisciplinary History of Nineteenth-Century America*. Lexington, Mass.: DC Heath and Company, 1987.

BEARD, C., In: COWLEY & SMITH (ed.). *Books that Changed our Minds*. New York: Knopf, 1938.

BELLO, José Maria. *História da República (1889-1951)*. 5.ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1964.

BILLINGTON, Ray Allen. *The Genesis of the Frontier Thesis*. San Marino, California: The Huntington Library, 1971.

_____. “Young Fred Turner”. In: *Wisconsin Magazine of History*. Vol. 46, 1962.

_____. *America's Frontier Heritage*. New York: Alfred Knopf, 1966.

BENDER, Thomas. *Community and Social Change in America*. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press, 1978.

_____. *Toward an Urban Vision: Ideas and Institutions in Nineteenth-Century America*. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press, 1982.

BENSON, Lee. "The Historical Background of Turner's Frontier Essay", In: *Agricultural History*, XXV, Abril, 1951.

BOGUE, Allan G. *Frederick Jackson Turner : Strange Roads Going Down*. Norman, Oklahoma: University of Oklahoma Press, 1998.

BRADFORD, W., *Of Plymouth Plantation: 1620-1647*. New York: Knopf, 1952.

BETHELL, Leslie (Org.), *Brasil: fardo do passado, promessa do futuro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CASSIRER, Ernst. *A filosofia do iluminismo*; tradução de Álvaro Cabral. 3.ed. Campinas, São Paulo: Unicamp, 1997.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*; tradução de Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHIAPPINI, Ligia; AGUIAR, Flávio Wolf de (Orgs.). *Literatura e História na América Latina*. São Paulo: Edusp, 1993.

COLLINGWOOD, R.G. *The Idea of History*. New York: Oxford University Press, 1956.

EDMUNDO, Luis. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Rio de Janeiro: Conquista, 1957.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*; tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FARAGHER, John Mack (Org.) *Rereading Frederick Jackson Turner*. New Haven/London: Yale University Press, 1998.

_____; HINE, R. N. *The American West: a new interpretive history*. New Haven/London: Yale University Press, 2000.

FREYRE, Gilberto. Oliveira Lima, *Dom Quixote Gordo*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1970.

FICHTE, Johann Gottlieb. “Discours à la nation allemande”. In: *Qu'est-ce qu'une nation?* Paris/London: Presses Pocket, 1992.

GELLNER, Ernest. *Nações e Nacionalismo*; tradução de Inês Vaz Pinto. Lisboa: Gradiva, 1983.

GUIMARÃES, M.S. “Nação e Civilização nos Trópicos”. In: *Estudos Históricos*, N.1, 1988.

HOBSBAWM, Eric. *Nações e Nacionalismo desde 1780*; tradução de Maria Célia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

HOFSTADTER, Richard. *The Progressive Historians: Turner, Beard, Parrington*. Chicago: University of Chicago Press, 1969.

_____. *Anti-intellectualism in American Life*. New York: Alfred Knopf, 1979.

_____. (Org.). *The Progressive Movement: 1900-1915*. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall, 1965.

JACOBS, Wilbur R. (Org.) *Frederick Jackson Turner's Legacy San Marino*, California: The Huntington Library, 1965.

_____. *The Historical World of Frederick Jackson Turner*. New Haven: Yale University Press, 1968.

KANE, Murray. "Some Considerations on the Safety Valve Doctrine". *Mississippi Valley Historical Review*, XXIII, Setembro, 1936.

KASSON, John F. *Amusing the Million: Coney Island at the Turn of the Century*. New York: Hill & Wang, 1978.

KHRAMER, Lloyd. *Nationalism: Political Cultures in Europe and America, 1775-1865*. London/ New York: Prentice Hall / Twayne Publishers, 1998.

KITTREDGE, William. *The Portable Western Reader*. New York: Penguin Books, 1997.

LIMA, Manoel de Oliveira. *Dom João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

_____. *O Movimento da Independência: 1821–1822*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

_____. *The Evolution of Brazil Compared with that of Spanish and Anglo-Saxon America*. CA: Stanford University, 1914.

_____. *Formação histórica da nacionalidade brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

MacGREGOR BURNS, James. *The Workshop of Democracy: From the Emancipation Proclamation to the Era of the New Deal*. New York: Vintage Books, 1985.

_____. *The Vineyard of Liberty NY*: Vintage Books, 1982.

MALATIAN, Teresa. *Oliveira Lima e a construção da nacionalidade*. São Paulo: EDUSC, 2001.

MATHER, Cotton. *The Wonders of the Invisible World*. London: S. Andrus and Son, 1862.

_____. *Magnalia Christi Americana (2 Vol.)*. London: J.R. Smith, 1853.

MICHELET, Jules. *Le Peuple*. Paris: Editions D’Aujourd’hui, 1977.

MOOD, Fulmer. “The Development of Frederic Jackson Turner as a Historical Thinker”, *Publications of the Colonial Society of Massachusetts*, XXXIV, Dezembro, 1939.

NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

_____. *Minha formação*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

_____. *O Abolicionismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

NASH, Roderick Frazier. *Wilderness & the American Mind*. Fourth Edition Yale University Press, 2001.

NEEDELL, J.D. *Belle Époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PAMPLONA, Marco Antonio. *Reverendo o sonho americano: 1890-1972*. São Paulo: Atual, 1996.

PRADO, Eduardo. *A ilusão americana*. São Paulo: Brasiliense, 1957.

PRADO, Maria Ligia Coelho. *A América Latina no século XIX: tramas, telas e textos*. São Paulo: Edusp; Bauru: EDUSC, 1999.

RENAN, Ernest. *Qu'est-ce q'une nation?* Paris/London: Presses Pocket, 1992.

SCHLESINGER JR. Arthur M. *The Age of Jackson*. Boston/New York/Toronto/London: Little, Brown and Company, 1945.

SCHWARCZ, L. M. *O espectáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SLOTKIN, Richard. *Regeneration through violence: the mythology of the American Frontier, 1600-1860*. New York: HarperPerennial, 1973.

SMITH, Henry Nash. *Virgin Land: The American West as Symbol and Myth*. Cambridge: Harvard University Press, 1950.

SOUZA, Antonio Candido de Melo e. *Formação da literatura brasileira*. SP: 1964. 2 v.

SUSMAN, Warren I. *Culture as History: The Transformation of American Society in the Twentieth Century*. New York: Pantheon Books, 1984.

TAYLOR, George Rogers (Org.) *The Turner Thesis: Concerning the Role of the Frontier in American History*. Lexington, Massachusetts: D.C. Heath and Company, 1972

TURNER, Frederick Jackson, In: FARAGHER, John Mack (Org). *Rereading Frederick Jackson Turner: "The Significance of the Frontier in American History" and Other Essays*. New Haven: Yale University Press, 1998.

VERÍSSIMO, José. *Cultura, Literatura e Política na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

WASSERMAN, Renata Mautner. *Exotic Nations: Literature and Cultural Identity in the United States and Brazil, 1830-1930*. Ithaca and London: Cornell University Press, 1994.





